

1. Contexto operacional

A Raia Drogasil S.A. ("Companhia" ou "Raia Drogasil" ou "Controladora") é uma sociedade anônima de capital aberto, registrada na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão no segmento do Novo Mercado, sediada na capital de São Paulo, sob o código de negociação RADL3.

A Raia Drogasil S.A. e sua controlada 4Bio Medicamentos S.A. (em conjunto "Consolidado" ou "Grupo") têm como atividade preponderante o comércio varejista de medicamentos, perfumarias, produtos de higiene pessoal e beleza, cosméticos e dermocosméticos e medicamentos de especialidade.

O Grupo realiza suas vendas por meio de 2.303 lojas (2.073 lojas - 2019), distribuídas em 24 estados (23 estados - 2019) da Federação, conforme abaixo:

Estado	Consolidado	
	2020	2019
São Paulo	1.108	1.049
Minas Gerais	169	143
Rio de Janeiro	156	142
Paraná	127	112
Goiás	87	73
Distrito Federal	77	72
Pernambuco	75	67
Bahia	71	68
Rio Grande do Sul	59	42
Santa Catarina	57	49
Espírito Santo	49	46
Ceará	46	31
Pará	42	35
Mato Grosso do Sul	29	25
Mato Grosso	26	22
Alagoas	20	18
Sergipe	20	18
Paraíba	19	15
Maranhão	18	13
Rio Grande do Norte	14	14
Piauí	14	9
Tocantins	11	7
Amazonas	7	3
Rondônia	2	-
Total	2.303	2.073

As lojas da Raia Drogasil, bem como a demanda do e-commerce do Grupo, são abastecidas por onze centrais de distribuição localizadas em nove estados: São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraná, Goiás, Pernambuco, Bahia, Ceará e Rio Grande do Sul. Em 2020, a Companhia encerrou as operações do centro de distribuição em Butantã (SP) e iniciou as operações no centro de distribuição do Rio Grande do Sul.

A sociedade controlada 4Bio Medicamentos S.A. ("4Bio" ou "Controlada") comercializa seus produtos por meio de serviço de televendas e a entrega é realizada diretamente no destino onde se encontra o cliente ou por meio de suas quatro centrais de atendimento localizadas nos estados de São Paulo, Tocantins e Pernambuco.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

Em atendimento à Deliberação CVM nº 505/2006, a autorização para emissão das demonstrações financeiras foi concedida pelo Conselho de Administração da Companhia em 09 de março de 2021.

As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional e de apresentação do Grupo.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnica – Geral (NBC TG) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards* – IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações individuais da Companhia são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia, as demonstrações financeiras das suas controladas 4Bio e RD Ventures FIP. Essas demonstrações financeiras consolidadas são elaboradas em conformidade com as práticas de consolidação e dispositivos legais aplicáveis.

Com a aquisição da Onofre em 1º de julho de 2019 e incorporação em 1º de agosto de 2019, a Companhia registrou a equivalência patrimonial, bem como realizou a consolidação dos saldos da controlada Onofre até a data de sua incorporação. Dessa forma, o resultado, as demonstrações do fluxo de caixa e as demonstrações do valor adicionado consolidados referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, contemplam 12 meses de operação da Companhia, 12 meses de operação da controlada 4Bio, e 1 mês de operação da Onofre.

As práticas contábeis adotadas pelas controladas foram aplicadas de maneira uniforme e consistente com aquelas adotadas pela Companhia. Quando aplicável, todas as transações, saldos, receitas e despesas entre a controlada e a Companhia são eliminadas integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas.

As demonstrações financeiras incluem estimativas contábeis e também exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das políticas contábeis referentes às perdas esperadas nos estoques, perdas de crédito esperadas, valorização de instrumentos financeiros, tributos a recuperar, prazos de depreciação e amortização do ativo imobilizado e intangível, estimativa do valor recuperável de intangíveis de vida útil indefinida, provisões necessárias para demandas judiciais, mensuração de passivos financeiros a valor justo, determinação de provisões para tributos, reconhecimento do resultado com acordos comerciais e outras similares. As estimativas e os julgamentos significativos estão divulgados na Nota 4(w).

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

O Grupo adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo IFRS e CPC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2020.

Nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Administração realizou alterações, entre linhas, na classificação do ativo imobilizado no balanço patrimonial, o qual foi segregado da seguinte forma: i) imobilizado em operação; e ii) direito de uso em arrendamento. As alterações estão sendo apresentadas nas demonstrações financeiras findo em 31 de dezembro de 2020 para fins de adequada comparação. Essas alterações não impactaram o total do ativo imobilizado ou os saldos das contas patrimoniais, no lucro líquido ou lucro antes do imposto de renda e contribuição social, nos saldos das contas patrimoniais, nas demonstrações dos resultados abrangentes, nas demonstrações das mutações do patrimônio líquido e nas demonstrações dos fluxos de caixa da Companhia.

Impactos da pandemia Covid-19

Em atendimento ao Ofício Circular CVM-SNC/SEP nº 03/2020, diante do cenário atual que o país atravessa por conta da pandemia da Covid-19, a Companhia avaliou perdas de crédito esperadas, levando em consideração todos os fatos e circunstâncias, com o objetivo de verificar se, de fato, houve um aumento significativo no risco de crédito ou restrição temporária de liquidez.

A Companhia adotou como premissa a avaliação com base nos saldos de recebíveis em 31 de dezembro de 2020. Nessa data, as modalidades de recebimento da Companhia em relação ao total das vendas acumuladas estavam representadas por: (i) Cartões (82,3%), (ii) Dinheiro (14,7%) e outros (3,0%).

Abaixo, apresentamos a composição dos saldos de contas a receber de clientes em 31 de dezembro de 2020:

Contas a Receber	Dez-2020	%
Cartões de Crédito/Débito	1.324.927	96,5%
Farmácia Popular	17.058	1,2%
Convênios com Empresas – Univers	18.500	1,3%
Programa de Benefícios em Medicamentos – PBM	12.374	0,9%
Clientes – Cheques (à vista/pré-datados)	1.448	0,1%
Clientes – Aplicativos/Marketplace	138	0,0%
Clientes – Manipulaê	2	0,0%
Perdas de créditos esperadas	(646)	(0,0%)
Total	1.373.801	100,0%

Cabe destacar com relação aos itens de maior representatividade de recebíveis: (i) Cartões de Crédito/Débito (96,5%) estão concentrados com administradoras de cartões (Getnet, Cielo e Rede), sendo que, desse montante, 67,8% devem ser recebidos durante o mês de janeiro de 2021, e o restante da carteira está, substancialmente, programado para recebimento nos meses de fevereiro, março, abril e maio de 2021; e (ii) Farmácia Popular (1,2%) não há indicativos que justifiquem qualquer ajuste na provisão no entendimento da Administração.

Isso posto, a Administração avaliou e concluiu que não houve qualquer aumento significativo no risco de crédito em relação às Contas a Receber de clientes que pudesse justificar qualquer ajuste na provisão para perdas de crédito esperadas, bem como a necessidade, neste momento, de qualquer divulgação adicional sobre o impacto da pandemia da Covid-19 em relação aos recebíveis da Companhia.

Apesar do isolamento social decretado pelo governo em praticamente todos os estados, na avaliação da Administração, não houve impacto significativo nas vendas que indicasse problemas estruturais que pudessem afetar as estimativas contábeis no que se refere a: recuperabilidade dos ativos financeiros (caixa e equivalentes, aplicações), realização de estoques, realização de tributos diferidos, provisões para benefícios a empregados, recuperabilidade dos tributos indiretos, *covenants*, renegociação de contratos de arrendamentos, reavaliação de ativos, receita de e-commerce e tributos sobre o lucro.

No ano de 2020 houve a inauguração de 240 lojas e ocorreu o fechamento de 11 lojas. Todos os encerramentos foram feitos para otimização do portfólio de lojas com expectativas positivas de retorno. A pandemia da Covid-19 não teve impacto significativo no plano de expansão da Companhia.

Em conformidade com a Deliberação CVM nº 859/2020, que trata sobre alterações no Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) – Arrendamento em Decorência de Benefícios Relacionados à pandemia da Covid-19. Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento – a Companhia avaliou que os benefícios oriundos dos descontos de aluguéis obtidos em alguns imóveis são pontuais e que não resultaram em alteração na vigência dos mesmos contratos de arrendamento (Nota 22).

3. Novos procedimentos contábeis, alterações e interpretações de normas

Novos procedimentos contábeis

Os seguintes pronunciamentos contábeis passaram a vigorar pela primeira vez a partir do exercício iniciado em 1º de janeiro de 2020:

(a) CPC 00 (R2) / *Framework* – Estrutura Conceitual para a Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil – Financeiro

O pronunciamento revisado traz alguns novos conceitos, fornece definições atualizadas e critérios de reconhecimento para ativos e passivos e esclarece alguns conceitos importantes. A Administração entende que essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

(b) CPC 06 (R2) / IFRS 16 (Deliberação CVM nº 859/2020) – Arrendamentos

Benefícios relacionados à pandemia da Covid-19 para arrendatários em contratos de arrendamento:

As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2) sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta à pandemia da Covid-19.

Como um expediente prático, um arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício relacionado à pandemia da Covid-19 concedido pelo arrendador é uma modificação do contrato de arrendamento. O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada à pandemia Covid-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando no CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento.

A Administração avaliou e concluiu que houve impactos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referente aos descontos em contratos de aluguéis, benefícios esses contabilizados como ganho no resultado do exercício de 2020. Os descontos não foram contabilizados ou remensurados nos benefícios econômicos futuros do ativo ou passivo de arrendamento, pois, a Companhia entende que tais descontos relacionados à pandemia da Covid-19 não constituíram uma modificação nos contratos de aluguel (Nota 22).

(c) CPC 15 (R1) / IFRS 03 – Combinação de Negócios

Definição de negócios:

As alterações do CPC 15 (R1) esclarecem que, para ser considerado um negócio, um conjunto integrado de atividades e ativos deve incluir, no mínimo, um *input* – entrada de recursos e um processo substantivo que, juntos, contribuam significativamente para a capacidade de gerar *output* – saída de recursos. Além disso, esclareceu que um negócio pode existir sem incluir todos os *inputs* – entradas de recursos e processos necessários para criar *outputs* – saída de recursos. A Administração entende que essas alterações não tiveram impacto sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

(d) CPC 26 (R1) / IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Contábeis e CPC 23 / IAS 8 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro

Definição de material:

As emendas do CPC 26 (R1) / IAS 1 e do CPC 23 / IAS 8 esclarecem a definição de materialidade e alinham a definição usada na estrutura conceitual e nas demais normas contábeis. A Administração entende que essas emendas não trouxeram impactos significativos nas demonstrações financeiras da Companhia, pois aplica a orientação técnica OCPC 7 e, com isso, divulga somente informações relevantes.

(e) CPC 38 / IAS 39, CPC 40 (R1) / IFRS 7 e CPC 48 (Deliberação CVM nº 854/2020) – Reforma da taxa de juros de referência

Reforma da taxa de juros de referência:

A deliberação CVM nº 854/2020 entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2020. Trata de alterações nos Pronunciamentos Técnicos CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), em decorrência da reforma da taxa de juros de referência, relacionada com a previsão de descontinuidade do uso da *London interbank Offered Rate* (LIBOR) como taxa de juros de referência após 2021. A Administração entende que não será impactada pela reforma da taxa de juros de referência, pois, até o momento, não possui ativos ou passivos financeiros atrelados a esse índice.

Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

(a) CPC 11, CPC 50 / IFRS 17 – Contratos de seguro

Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17 – Contratos de Seguro (norma ainda não emitida pelo CPC no Brasil, mas que será codificada como CPC 50 - Contratos de Seguro e substituirá o CPC 11 – Contratos de Seguro), uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. O foco da IFRS 17 é o modelo geral, complementado por:

- (i) Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (abordagem de taxa variável); e
- (ii) Uma abordagem simplificada (abordagem de alocação de prêmio), principalmente, para contratos de curta duração.

A IFRS 17 vigora para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, sendo necessária a apresentação de valores comparativos. A adoção antecipada é permitida se a entidade adotar também a IFRS 9 e a IFRS 15 na mesma data ou antes da adoção inicial da IFRS 17. A Administração entende que essa norma não se aplica às demonstrações financeiras da Companhia.

(b) CPC 26 (R1) / IAS 1: Apresentação das Demonstrações Contábeis

Classificação de passivos como circulante e não circulante:

Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26 (R1), de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

O que significa um direito de postergar a liquidação?

- (i) Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório;
- (ii) Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação; e
- (iii) Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação.

As alterações são válidas para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Companhia avalia o impacto que as alterações teriam na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes poderiam exigir renegociação, entretanto até o momento a Administração conclui que estas emendas não trouxeram impactos significativos nas demonstrações financeiras.

4. Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações financeiras estão descritas a seguir:

(a) Consolidação

Controladas são todas as entidades nas quais, a Companhia detém o controle. A controlada é totalmente consolidada a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle.

Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos para a aquisição da controlada em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. A Companhia reconhece a participação de não controladores na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo dos ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício, conforme incorridos.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis da controlada são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

(b) Transações com não controladores

O Grupo trata as transações com não controladores como transações com proprietários de ativos do Grupo. Para as compras de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou as perdas sobre alienações para participações de não controladores também são registrados diretamente no patrimônio líquido, na conta "ajustes de avaliação patrimonial".

(i) Obrigações com acionista de controlada

Quando da aquisição de 55% das quotas da empresa 4Bio Medicamentos Ltda. (atualmente denominada 4Bio Medicamentos S.A. ou 4Bio), a Companhia e o acionista fundador firmaram contrato com outorga de opção de compra e opção de venda da totalidade das ações remanescentes em poder do acionista fundador cujo preço de exercício será calculado com base em múltiplos de EBITDA ajustados da 4Bio a ser apurados nos exercícios de 2021 a 2023 Nota 10.1 a.

O passivo financeiro (passivo não circulante) representado pela obrigação de compra das ações decorrente da opção outorgada, é registrado a valor presente (na rubrica de Obrigações com acionista de controlada) e em separado da contraprestação transferida, mediante a adoção do método de acesso presente, no qual a participação não Controladora é reconhecida já que o acionista não controlador está exposto aos riscos e tem acesso aos retornos associados à sua participação, em contrapartida da conta de "ajuste de avaliação patrimonial", no patrimônio líquido.

No transcorrer do tempo, a recomposição do valor da opção de compra das ações adicionais oriunda do ajuste a valor presente é reconhecida na demonstração do resultado do exercício, na rubrica de despesa financeira.

Na ocorrência de mudança relevante de premissa durante o exercício, premissas que compõem o valor justo da opção são revisadas/atualizadas de forma a refletir o valor justo do passivo financeiro no encerramento do exercício. Ajustes apurados são registrados na rubrica de Obrigações com acionista de controlada Nota 10.1 a, em contrapartida de despesa financeira.

(c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa são classificadas na categoria de "custo amortizado".

(d) Instrumentos financeiros

O Grupo classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração:

- Mensurados a valor justo (seja por meio de outros resultados abrangentes ou por meio do resultado)
- Mensurados ao custo amortizado

A classificação depende do modelo de negócio do Grupo para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa.

Atualmente, a Companhia possui apenas ativos financeiros registrados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes, os quais são representados por títulos de dívida, nos quais os fluxos de caixa contratuais consistem basicamente em principal e em juros e o objetivo do modelo de negócios do Grupo é atingido por meio da arrecadação de fluxos de caixa contratuais e da venda de ativos financeiros.

O Grupo classifica os seguintes ativos financeiros a valor justo por meio do resultado:

- Investimentos em títulos de dívida que não se qualificam para mensuração ao custo amortizado ou ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA)
- Investimentos patrimoniais para os quais a entidade não optou por reconhecer ganhos e perdas por meio de outros resultados abrangentes

Para ativos financeiros mensurados ao valor justo, os ganhos e as perdas são registrados no resultado ou em outros resultados abrangentes. Para investimentos em instrumentos de dívida, isso depende de modelo de negócio no qual o investimento é mantido. Para investimentos em instrumentos patrimoniais que não são mantidos para negociação, isso depende de o Grupo ter feito ou não a opção irrevogável, no reconhecimento inicial, por contabilizar o investimento patrimonial ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

O Grupo reclassifica os investimentos em títulos de dívida somente quando o modelo de negócios para gestão de tais ativos é alterado.

Reconhecimento e desreconhecimento

Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e o Grupo tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

Mensuração

No reconhecimento inicial, o Grupo mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas no resultado.

Instrumentos de dívida

A mensuração subsequente de títulos de dívida depende do modelo de negócio do Grupo para gestão do ativo, além das características do fluxo de caixa do ativo. O Grupo classifica seus títulos de dívida de acordo com as três categorias de mensuração:

- Custo amortizado: os ativos, que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais
- Quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao custo amortizado
- As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Quaisquer ganhos ou perdas devido à baixa do ativo são reconhecidos diretamente no resultado e apresentados em outros ganhos/(perdas) juntamente com os ganhos e as perdas cambiais. As perdas por *impairment* são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado

- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes: os ativos que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais e para venda dos ativos financeiros quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Mudanças no valor contábil são registradas em outros resultados abrangentes, exceto pelo reconhecimento dos ganhos ou das perdas por *impairment*, receita com juros e ganhos e perdas cambiais, os quais são reconhecidos na demonstração do resultado. Quando o ativo financeiro é baixado, os ganhos ou as perdas cumulativos que haviam sido reconhecidos em outros resultados abrangentes são reclassificados do patrimônio líquido para o resultado e reconhecidos em outros ganhos/(perdas). As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Os ganhos e as perdas cambiais são apresentados em outros ganhos/(perdas) e as despesas de *impairment* são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado
- Valor justo por meio do resultado: os ativos que não atendem os critérios de classificação de custo amortizado ou de valor justo por meio de outros resultados abrangentes são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Eventuais ganhos ou perdas em um investimento em título de dívida que seja, subsequentemente, mensurado ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos no resultado e apresentados líquidos em outros ganhos/(perdas), no período em que ocorrerem.

Perda por redução ao valor recuperável – *impairment*

O Grupo registra as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A metodologia de *impairment* aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito.

Perdas de crédito esperadas em clientes são mensuradas por meio de estimativas ponderadas de probabilidade das perdas de crédito baseadas nas perdas históricas e projeções de premissas relacionadas. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber). As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

O Grupo avalia no final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

De acordo com o CPC 48 / IFRS 9 – Instrumentos financeiros, as perdas esperadas são mensuradas em uma das seguintes bases:

- Perdas de crédito esperadas para 12 meses: essas são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço
- Perdas de crédito esperadas para a vida inteira: essas são perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou contraparte.

Hierarquia de valor justo

O Grupo usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo dos instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

- Nível 1: preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.
- Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente.
- Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

(e) Clientes

As contas a receber de clientes são avaliadas pelo montante original da venda deduzida das taxas de cartões de créditos, quando aplicável, e das perdas esperadas. As perdas esperadas são estabelecidas quando existe uma evidência provável de que o Grupo não será capaz de receber todos os valores devidos. O valor da perda esperada é a diferença entre valor contábil e valor recuperável Nota 7.

(f) Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre custo e valor líquido realizável. O custo é determinado usando-se o método da média ponderada móvel. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, deduzidas as despesas necessárias para a realização de venda. Os saldos dos estoques são apresentados deduzidos das perdas estimadas e do ajuste a valor presente na data das transações quando aplicável.

(g) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social, correntes e diferidos, são calculados com base nas alíquotas estabelecidas pela legislação do imposto de renda e da contribuição social que são 25% e 9%, respectivamente.

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício que difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque sofre tratativas de ajustes que afetam a base de cálculo de forma permanente, como a exclusão de receitas não tributáveis e adição de despesas não dedutíveis.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre projeções fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que serão tributados em períodos posteriores ao reconhecimento contábil no resultado da Companhia, portanto podem sofrer alterações. Essa premissa inclui saldos de prejuízo fiscal de imposto de renda e base de cálculo negativa da contribuição social, quando aplicável.

O valor contábil dos tributos diferidos ativos é revisado a cada data do balanço e baixados, caso o estudo que tem por objetivo determinar expectativa da sua realização seja alterada.

Os tributos diferidos são reconhecidos de acordo com a transação que o originou, no resultado ou diretamente no patrimônio líquido.

(h) Depósitos judiciais

A Companhia efetua depósitos judiciais para garantir o prosseguimento das decisões judiciais, conforme requerido pelos tribunais, e/ou efetuados por decisão estratégica da Administração para proteção de seu caixa. Nos casos em que a provisão possui um depósito judicial correspondente e a Companhia tem a intenção de liquidar o passivo e realizar o ativo simultaneamente, os valores são compensados. Os depósitos judiciais são corrigidos monetariamente sobre o valor total, os ganhos ou as perdas são reconhecidas no resultado do exercício da Companhia quando o processo judicial é encerrado.

(i) Imobilizado

São apresentados ao custo histórico de aquisição, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas de valor recuperável, se for o caso. A depreciação é calculada pelo método linear ao longo da vida útil do ativo de acordo com as taxas divulgadas na Nota 11a. O valor residual, a vida útil de ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Terrenos e edifícios compreendem o escritório central e algumas lojas próprias, são demonstrados pelo custo histórico de aquisição acrescido de reavaliação ocorrida em outubro de 1987, com base em laudos de avaliação emitidos por peritos avaliadores independentes, a qual foi incorporada ao custo atribuído quando da adoção do IFRS. Nessa adoção, o saldo da reavaliação dos terrenos e edifícios existentes no patrimônio líquido foi transferido para o grupo de ajuste de avaliação patrimonial, também no patrimônio líquido, líquido do imposto de renda e da contribuição social diferidos.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídos no resultado do exercício em que o ativo for baixado. Quando os ativos reavaliados forem destinados à venda, os valores incluídos na reserva de reavaliação, quando da alienação, serão contabilizados em lucros acumulados.

Reparos e manutenções são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos.

(j) Intangíveis

(1) Ágio na aquisição de empresa

O ágio resulta da aquisição de controladas e representa o excesso da (i) contraprestação transferida; (ii) do valor da participação de não controladores na adquirida; e (iii) do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos. Caso o total da contraprestação transferida, a participação dos não controladores reconhecida e a participação mantida anteriormente medida pelo valor justo seja menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, no caso de uma compra vantajosa, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado.

O ágio apurado na aquisição do investimento anterior a 2009 (Drogaria Vison) foi calculado como sendo a diferença entre o valor da compra e o valor contábil do patrimônio líquido da empresa adquirida. O ágio está fundamentado na expectativa de rentabilidade futura. Até dezembro de 2008, o ágio era amortizado pelo prazo, extensão e proporção dos resultados projetados, não superior a dez anos. A partir de janeiro de 2009, o ágio não foi mais amortizado e passou a ser testado anualmente em relação ao seu valor de recuperação, no nível da unidade geradora de caixa.

(2) Pontos comerciais

Compreende cessão de pontos comerciais adquiridos na contratação da locação de lojas, que são demonstrados a valor de custo de aquisição e amortizados pelo método linear às taxas anuais mencionadas na Nota 11b, as quais levam em consideração os prazos dos contratos de locação que são inferiores a vinte anos.

(3) Licenças de uso ou desenvolvimento de sistemas de informática

As licenças de programas de computador são demonstradas pelo valor de custo de aquisição e amortizadas pelo método linear ao longo de suas vidas úteis estimadas, representadas pela taxa descrita na Nota 11b.

Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os gastos diretamente associados a *softwares* identificáveis e únicos, controlados pelo Grupo e que provavelmente gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis e são amortizados usando-se o método linear, ao longo de suas vidas úteis representadas pela taxa demonstrada na Nota 11b.

Os gastos diretos incluem a remuneração dos funcionários da equipe de desenvolvimento de *softwares* e a parte adequada das despesas gerais relacionadas.

O período de amortização e o método de amortização para os ativos intangíveis de vida definida são revistos, no mínimo, ao final de cada exercício financeiro.

(k) Redução do valor recuperável de ativos não financeiros ("impairment")

O imobilizado e outros ativos não circulantes e os ativos intangíveis são revisados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Já os ativos intangíveis de vida útil indeterminada, como o ágio, têm seu valor recuperável testado, no mínimo anualmente, ou sempre que há indicadores de perda de valor.

Quando esse for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela será reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassar o valor recuperável, que é o maior entre o seu valor justo líquido dos custos de venda e o valor em uso de um ativo. Em caso de ocorrência, as perdas de valor recuperável de operações presentes e futuras são reconhecidas na demonstração do resultado nas categorias de despesa consistentes com a função do ativo afetado.

Para fins de avaliação do "impairment", os ativos são agrupados no nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa – UGC). A UGCs da Companhia são as lojas.

(l) Arrendamentos

Na adoção do CPC 06 (R2) / IFRS 16 - Arrendamentos, o Grupo reconheceu os passivos de arrendamento envolvendo arrendamentos que já haviam sido classificados como "arrendamentos operacionais" seguindo os princípios do IAS 17 - "Arrendamentos". Esses passivos foram mensurados ao valor presente dos pagamentos de arrendamentos remanescentes descontados por meio da taxa incremental sobre empréstimo da arrendatária em 1º de janeiro de 2019. A média ponderada da taxa incremental de empréstimo nominal da arrendatária aplicada aos passivos de arrendamento em 1º de janeiro de 2019 foi de 6,69% a.a.. Detalhes sobre as taxas por período de contrato estão descritas na Nota 15.

Para arrendamentos anteriormente classificados como arrendamentos financeiros, o Grupo reconheceu o valor contábil do ativo e passivo de arrendamento imediatamente antes da transição ao valor contábil do direito de uso do ativo e passivo de arrendamento na data da aplicação inicial. Os princípios de mensuração do CPC 06 (R2) / IFRS 16 aplicam-se apenas após essa data. As remensurações dos passivos de arrendamentos foram reconhecidas como ajustes nos respectivos ativos de direito de uso imediatamente após a data da aplicação inicial.

O Grupo é qualificado como arrendatário após avaliar se um contrato é, ou contém, um arrendamento, conforme as seguintes premissas:

- (i) O arrendador não pode ter o direito substantivo de substituir o ativo por um ativo alternativo durante o prazo do arrendamento;
- (ii) O Grupo tem substancialmente todos os benefícios econômicos do ativo de um contrato caso ele se beneficie da maior parte dos benefícios provenientes do produto principal, subproduto e outros benefícios que o ativo poderá gerar; e
- (iii) O Grupo tem o direito de direcionar o uso do ativo, gerindo como e para que fins ele será utilizado durante o período de uso ou quando essas decisões estiverem predeterminadas no contrato e o Grupo operar o ativo durante todo o período de contrato, sem que o arrendador tenha o direito de alterar essas instruções de funcionamento.

(m) Provisões

As provisões são reconhecidas quando o Grupo tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação. As provisões para demandas judiciais são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido e são constituídas em montantes considerados suficientes para cobrir perdas prováveis. As demandas avaliadas como estimativas de perdas possíveis são divulgadas em nota explicativa e aquelas avaliadas como remotas não são provisionadas nem divulgadas.

(n) Benefícios a funcionários e dirigentes

Os valores correspondentes aos benefícios a funcionários decorrentes do programa de participação nos resultados e gratificações são reconhecidos em conta passiva de salários e encargos sociais. Para ambos, existe plano formal e os valores a serem pagos podem ser estimados razoavelmente, antes da época da elaboração de informações, e são liquidados no curto prazo. O Grupo não possui planos de benefícios dos tipos: Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL), Vida Gerador de Benefício Livre (VGBL), previdência do tipo benefício definido e/ou qualquer plano de aposentadoria ou assistência pós-emprego.

Parte dos benefícios a dirigentes incluem o plano de ações restritas, classificado como instrumento patrimonial. O valor justo dos pagamentos com base em ações é reconhecido no resultado de acordo com o período de concessão, em contrapartida do patrimônio líquido Nota 20 d.

(o) Reservas de capital e lucros

A reserva legal é calculada na base de 5% (cinco por cento) do lucro líquido do exercício, conforme determinação da Lei nº 6.404/76, até que essa atinja 20% (vinte por cento) do capital social. No exercício em que o saldo da reserva legal, acrescido do montante da reserva de capital, exceda a 30% (trinta por cento) do capital social, não é obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal.

A reserva estatutária está prevista no Estatuto Social com limite equivalente a até 65% (sessenta e cinco por cento) do resultado do exercício para a formação da "Reserva Estatutária de Lucros", que tem por finalidade e objetivo reforçar o capital de giro da Companhia, observado que seu saldo, somado aos saldos das demais Reservas de Lucros, excetuadas a Reserva para Contingência e Reserva de Lucros a Realizar, não poderá ultrapassar o montante de 100% (cem por cento) do capital social. Uma vez atingido esse limite máximo, a Assembleia Geral deliberará, nos termos do artigo 199 da Lei das S.A., sobre o excesso, devendo aplicá-lo na integralização ou no aumento do capital social ou na distribuição de dividendo.

(p) Dividendo

Nos termos do Estatuto Social da Companhia, aos titulares de ações de qualquer espécie será atribuído, em cada exercício, um dividendo mínimo de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, calculado nos termos da legislação societária.

Os dividendos superiores a esse limite são contabilizados em conta específica no patrimônio líquido denominada "Dividendo adicional proposto", permanecendo assim até a deliberação na Assembleia Geral dos Acionistas.

Os valores oriundos da realização da reserva de reavaliação são base para determinação do dividendo mínimo obrigatório.

(q) Reserva de incentivos fiscais

A Companhia e sua controlada gozam de incentivos fiscais de ICMS que de acordo com a Lei complementar nº 160/17 são classificados como subvenção para investimentos. A Administração da Companhia, tendo em vista a referida lei, está destinando os montantes descritos na Nota 20 e, para reserva de incentivos fiscais, na rubrica da reserva de lucros, sujeita à aprovação em Assembleia Geral Ordinária. Os valores de incentivos não fazem parte da base de cálculo de dividendo mínimo obrigatório, sendo que somente poderão ser incorporados ao capital social, em conformidade com a Lei nº 6.404/76.

(r) Juros sobre o capital próprio

Com base no Estatuto Social da Companhia, a distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados em Assembleia Geral.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

(s) Reconhecimento de receita

CPC 47 / IFRS 15 – Receita de contrato com cliente estabelece uma estrutura abrangente para determinar se, quando, e por quanto uma receita é reconhecida a partir das identificações das obrigações de desempenho, da transferência do controle do produto ou serviço ao cliente e da determinação do preço de venda. A norma é aplicável a todos os contratos com clientes, exceto contrato de aluguel (receitas de aluguel), instrumentos financeiros (juros) e contratos de seguros, para as quais se aplicam normas específicas.

Essa norma estabelece um modelo que visa identificar se os critérios para a contabilização da receita, foram satisfeitos e compreende os seguintes aspectos:

(i) Identificação de um contrato com o cliente;

(ii) Determinação das obrigações de desempenho;

(iii) Determinação do preço da transação;

(iv) Alocação do preço da transação; e

(v) Reconhecimento da receita em um determinado momento ou em um período de tempo, conforme atendimento das obrigações de desempenho.

Vendas de mercadorias (medicamentos, perfumaria e produtos de autoatendimento)

As receitas do Grupo advêm principalmente da venda de medicamentos, produtos de perfumaria e uma série de produtos de autoatendimento (medicamentos sem necessidade de receituário médico, produtos alimentícios, etc.) para o consumidor final. Tratando-se de um Grupo que atua na indústria de varejo de medicamentos na qual o consumidor geralmente se serve da mercadoria nas lojas onde preços e descontos são informados mediante consulta aos funcionários do Grupo ou obtidos nos locais onde as mercadorias estejam expostas e que a transferência de controle acontecem quando da entrega diretamente ao consumidor final nos pontos de vendas, conclui-se que se trata de uma única obrigação de desempenho não havendo, portanto, complexidade na definição das obrigações de desempenho e transferência de controle das mercadorias e serviços aos consumidores.

Ainda assim, outras transações da Companhia sujeitas à avaliação segundo o CPC 47 / IFRS 15 estão representadas por contraprestações variáveis associadas aos acordos comerciais por meio dos quais mercadorias podem ser comercializadas em conjunto com outras mercadorias ou com descontos os quais são, substancialmente, negociações promovidas pelos fornecedores nos pontos de venda do Grupo. A receita de vendas reconhecida nas demonstrações financeiras contemplam os valores justos das transações ocorridas que, segundo as naturezas das negociações, consideram valores de venda e de recebimento de consumidores complementados por recebimentos de fornecedores.

As receitas são apresentadas nas demonstrações financeiras líquidas dos descontos comerciais e das devoluções.

Devoluções e cancelamento

Para contratos que permitem ao cliente devolver um item, de acordo com o CPC 47 / IFRS 15, a receita é reconhecida na extensão em que seja provável que uma reversão significativa não ocorrerá. O valor da receita reconhecida é contabilizado a partir do valor total da transação e apresentado na demonstração financeira líquido dos impostos indiretos, de devoluções e cancelamentos.

Componente significativo de financiamento

De acordo com o CPC 47 / IFRS 15, ao determinar o preço da transação, a Companhia deve ajustar o valor prometido da contraprestação pelos efeitos do valor do dinheiro no tempo se o momento dos pagamentos acordado pelas partes do contrato (explícita ou implicitamente) fornecer ao cliente ou à Companhia um benefício significativo do financiamento da transferência de bens ou serviços para o cliente. Nessas circunstâncias, o contrato contém um componente de financiamento significativo. Um componente de financiamento significativo pode existir independentemente de a promessa de financiamento estar explicitamente declarada no contrato ou implícita nas condições de pagamento acordadas pelas partes do contrato.

Os elementos integrantes do ativo e passivo decorrentes das operações de longo prazo, ou de curto prazo, quando há efeitos relevantes, são ajustados a valor presente com base em taxas de desconto que reflitam as melhores avaliações atuais do mercado.

(f) Descontos comerciais e negociações comerciais na compra de mercadorias

A contraprestação variável do Grupo está substancialmente representada por acordos comerciais por meio dos quais produtos podem ser comercializados em conjunto com outras mercadorias ou com descontos os quais são, substancialmente, negociações promovidas pelos fornecedores nos pontos de venda do Grupo em diversas formas. Essas negociações são individuais e distintas entre os fornecedores e podem apresentar característica e natureza complexas. As principais categorias de acordos comerciais são:

(i) descontos comerciais concedidos por laboratórios no momento da venda ao consumidor e associados a programas de benefícios tratam-se de benefícios concedidos pelo fornecedor do Grupo ao consumidor final do Grupo que tem por objetivo estabelecer um processo de fidelização do consumidor ao seu produto ou medicamento. Na grande maioria dos casos, a partir do momento em que o consumidor final é cadastrado no sistema do fornecedor, o consumidor final se beneficia de um desconto concedido pelo fornecedor do Grupo, pagando pela mercadoria um preço diferenciado do preço usual dessa mesma mercadoria, caso não estivesse associado a um programa de benefícios. Esse desconto ofertado pelo fornecedor ao cliente do Grupo, é apurado em tempo real e reconhecido no mesmo momento da venda da mercadoria ao consumidor por um valor a receber do fornecedor equivalente ao montante do desconto concedido.

Para transações dessa natureza, o Grupo reconhece como redução do custo das mercadorias vendidas tendo como contrapartida, um valor a receber de convênios ou redução de passivo de contratos.

(ii) verbas de marketing e publicidade, como exposição em lojas e divulgação de ofertas em catálogo próprio – tratam-se de programas de venda do Grupo planejados em conjunto com seus fornecedores. O fornecedor tem o interesse de promover seus produtos na rede de lojas e estabelecimentos de venda do Grupo. Para tanto, negocia formas diferentes de pagamento ao Grupo a fim de que o preço final da mercadoria ao consumidor seja vantajoso sem qualquer prejuízo às margens brutas de venda para essas mesmas mercadorias em condições outras que não sejam em caráter promocional. Essas negociações normalmente ocorrem com a área de Compras do Grupo em conjunto com a área de vendas para o alinhamento com as estratégias de venda do Grupo.

A partir do momento em que a obrigação de desempenho foi satisfeita (comercialização do produto associado à promoção), o Grupo reconhece o resultado desses acordos comerciais a crédito do custo das mercadorias vendidas tendo como contrapartida um valor a receber de convênios ou redução de passivo de contratos.

(iii) abatimentos por metas de volume, auferidos tanto nas compras quanto nas vendas – tratam-se de programas de bonificação concedidos ao Grupo associados a metas de compra e de venda das mercadorias de um determinado fornecedor. O Grupo considera o benefício obtido como uma redução dos valores a pagar de fornecedores, tendo como contrapartida a conta de estoques, a partir do momento em que conclui ser altamente provável que o benefício obtido não será sujeito à reversão.

Nos casos (ii) e (iii) acima, tratam-se de diferentes formas de negociação que tem por principal objetivo a aquisição de mercadorias no menor custo ofertado pelo fornecedor independente da forma com que foi proposta a transação de compra do produto.

(u) Ganho com compra vantajosa

A compra vantajosa ocorre em uma combinação de negócios quando o preço pago para adquirir o negócio é inferior ao valor justo do patrimônio líquido da empresa adquirida, representado pelos ativos adquiridos e passivos assumidos. Ganhos decorrentes de compra vantajosa são reconhecidos imediatamente no resultado do exercício.

Antes de reconhecer o ganho decorrente de compra vantajosa, a Companhia promove uma revisão dos valores apurados na mensuração do valor para se certificar de que todos os ativos adquiridos e todos os passivos assumidos foram corretamente identificados.

Reconhecendo a não usualidade desse ganho em combinações de negócios, a Companhia revê os procedimentos utilizados para assegurar que a mensuração dos valores a serem reconhecidos na data da aquisição, estejam adequadamente mensurados para os casos abaixo:

(i) Ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos; e

(ii) A contraprestação transferida para obtenção do controle da adquirida.

Confirmada a adequação de valor do ganho por compra vantajosa, a Companhia registra a transação nas demonstrações financeiras da Companhia, líquido dos efeitos tributários. O imposto de renda e a contribuição social contabilizado em uma compra vantajosa é pago na razão de 1/60 avos.

(v) Informações por segmento

O Grupo desenvolve suas atividades de negócio considerando um único segmento operacional que é utilizado como base para a gestão da entidade e para a tomada de decisões.

(w) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na aplicação das políticas contábeis do Grupo, a Administração faz julgamentos e elabora estimativas a respeito dos valores contábeis de ativos e passivos, os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. As estimativas e premissas são revisadas continuamente e os efeitos dessas revisões são reconhecidos no período em que ocorreu a revisão e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais estimativas e premissas relativas às fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço são apresentadas a seguir:

(i) Tributos a recuperar

As estimativas de recuperação dos créditos tributários estão suportadas pelas projeções de operações e lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios ou com base em expectativas da obtenção de condições, como regimes especiais, que permitam a realização dos créditos. Consequentemente essas estimativas estão sujeitas às incertezas inerentes a essas previsões.

(ii) Valor justo dos instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercado ativo, será determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método do fluxo de caixa descontado. Os dados para esse método baseiam-se naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

(iii) Redução ao valor recuperável ("Impairment")

Existem regras específicas para avaliar a recuperabilidade dos ativos, especialmente imobilizado, ágio e outros ativos intangíveis. Na data de encerramento do exercício, o Grupo realiza uma análise para determinar se existe evidência de que o montante dos ativos de vida longa não será recuperável de acordo com as unidades geradoras de caixa. Para determinar se o ágio apresenta redução em seu valor recuperável, é necessário fazer estimativa do valor em uso das unidades geradoras de caixa para as quais o ágio foi alocado. O cálculo do valor em uso exige que a Administração estime os fluxos de caixa futuros esperados, oriundos das unidades geradoras de caixa e uma taxa de desconto adequada para que o valor presente seja calculado. As principais premissas utilizadas para determinar o valor recuperável das diversas unidades geradoras de caixa são detalhadas na Nota 11b (ii).

(iv) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

O Grupo é parte de diversos processos judiciais e administrativos, como descrito na Nota 16. Provisões são constituídas para todos os processos judiciais que representam perdas prováveis e esperadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos e o histórico de indenizações do Grupo.

(v) Taxa incremental sobre o empréstimo do arrendatário

O Grupo não tem condições de determinar a taxa implícita de desconto aos ser aplicada a seus contratos de arrendamento. Portanto, a taxa incremental sobre o empréstimo do arrendatário, ou seja, da própria Companhia, é utilizada para o cálculo do valor presente dos passivos de arrendamento no registro inicial do contrato.

A taxa incremental sobre empréstimo do arrendatário é a taxa de juros que o arrendatário teria que pagar ao tomar recursos emprestados para a aquisição de ativo semelhante ao ativo objeto do contrato de arrendamento, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao direito de uso do ativo em ambiente econômico similar.

A obtenção dessa taxa envolve um elevado grau de julgamento, e deve ser função do risco de crédito do arrendatário, de prazo do contrato de arrendamento, da natureza e qualidade das garantias oferecidas e do ambiente econômico em que a transação ocorre. O processo de apuração da taxa utiliza preferencialmente informações prontamente observáveis, a partir das quais deve se proceder aos ajustes necessários para se chegar à sua taxa incremental de empréstimo.

A adoção do CPC 06 (R2) / IFRS 16 permitiu que a taxa incremental fosse determinada para um agrupamento de contratos, uma vez que essa escolha está associada à validação de que os contratos agrupados possuem características similares.

O Grupo adotou o referido expediente prático de determinar agrupamentos para seus contratos de arrendamento em escopo por entender que os efeitos de sua aplicação não divergem materialmente da aplicação aos arrendamentos individuais. O tamanho e a composição das carteiras foram definidos conforme as seguintes premissas: (a) ativos de naturezas similares; e (b) prazos remanescentes com relação à data de aplicação inicial similares.

(vi) Determinação do prazo de arrendamento

Ao determinar o prazo de arrendamento, a Administração considera todos os fatos e as circunstâncias que criam um incentivo econômico para o exercício de uma opção de prorrogação ou não exercício da opção de rescisão. As opções de prorrogação (ou períodos após as opções de rescisão) são incluídas no prazo de arrendamento somente quando há certeza razoável de que o arrendamento será prorrogado (ou que não será rescindido).

Para arrendamentos de centros de distribuição e lojas, os fatores a seguir normalmente são os mais relevantes:

- Se a rescisão (ou não prorrogação) incorrer em multas significativas, é razoavelmente certo de que o Grupo irá efetuar a prorrogação (ou não irá efetuar a rescisão)
- Se houver benfeitorias em imóveis de terceiros com saldo residual significativo, é razoavelmente certo de que o Grupo irá prorrogar (ou não rescindir) o arrendamento
- Adicionalmente, o Grupo considera outros fatores, incluindo as práticas passadas referentes aos períodos de utilização dos tipos específicos de ativos (arrendados ou próprios) e de duração de arrendamentos, e os custos e a interrupção nos negócios necessárias para a substituição do ativo arrendado.

A maioria das opções de prorrogação em arrendamentos de escritórios, imóveis residenciais e veículos não foram incluídas no passivo de arrendamento porque o Grupo pode substituir esses ativos sem custo significativo ou interrupção nos negócios.

Essa avaliação é revisada caso ocorra um evento ou mudança significativa nas circunstâncias que afete a avaliação inicial e que esteja sob o controle do arrendatário, como por exemplo, se uma opção é de fato exercida (ou não exercida) ou se o Grupo fica obrigado a exercê-la (ou não exercê-la).

(vii) Ganho por compra vantajosa

Na determinação do ganho por compra vantajosa, são levados em consideração o valor justo dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos os quais são comparados com os correspondentes valores pagos. Como parte do processo de combinação de negócios, a Companhia é requerida a mensurar o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos e comparar com os correspondentes valores pagos.

Tratam-se de mensurações que envolvem premissas e julgamentos críticos na determinação dos valores justos dos ativos e passivos e que, por resultarem em um ganho a ser registrado no resultado do exercício, requerem uma avaliação criteriosa por parte da Administração para assegurar que não resulte em reversão futura de uma parcela do ganho registrado no reconhecimento contábil da operação. Portanto, trata-se de uma estimativa crítica feita pela Administração da Companhia.

5. Combinação de negócios

(a) Aquisição da Drogaria Onofre Ltda.

Conforme divulgado nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018, em 26 de fevereiro de 2019, a Companhia firmou com a CCI Foreign, S.à.r.l. e Beauty Holdings, L.L.C., contrato de Compra e Venda de Quotas (CVQ) de 100% das quotas representativas do capital social da Drogaria Onofre Ltda. ("Onofre").

A aquisição da Onofre ocorreu em 1º de julho de 2019, quando todas as condições precedentes estabelecidas no CVQ foram cumpridas.

Em conexão com a aquisição da Drogaria Onofre Ltda., a Companhia contratou empresa especializada e independente para assessorar a Administração na determinação do valor justo dos ativos e passivos assumidos em 1º de julho de 2019 para fins de apuração do ganho por compra vantajosa (deságio).

A norma contábil CPC 15 (R1) / IFRS 3, que trata da combinação de negócios, requer a identificação do adquirente contábil em uma combinação de negócios. Nesse caso, os acionistas da Companhia passaram a ter o controle sobre a Onofre em 1º de julho de 2019, data em que ocorreu a formalização dos acordos, sendo essa data considerada como "data de aquisição" para fins do reconhecimento contábil da transação.

A contraprestação assumida pela Raia Drogasil para aquisição da Onofre é baseada no compromisso de responsabilizar-se pelos direitos (ativos) e obrigações (passivos) da Onofre. Não houve desembolso financeiro no acordo de aquisição.

A Administração adotou o balanço de 30 de junho de 2019 como balanço de abertura para fins da alocação dos efeitos da aquisição. Os detalhes dos valores justos dos ativos líquidos adquiridos e passivos assumidos e a consequente mensuração preliminar do deságio/ganho por compra vantajosa, estão demonstrados a seguir:

	30 de junho de 2019
Ativos e passivos	(Valor justo)
Ativos circulantes	497.387
Caixa e equivalentes de caixa	283.685
Contas a receber de clientes	44.608
Estoques	96.371
Tributos a recuperar	63.613
Outros	9.110
Ativos não circulantes	392.033
Depósitos judiciais	4.133
Ativo indenizatório	127.037
Imobilizado	196.418
Intangível	62.487
Outros	1.958
Total do ativo	889.420
Passivos circulantes	(121.531)
Fornecedores	(53.777)
Arrendamentos	(27.959)
Obrigações sociais e trabalhistas	(13.686)
Obrigações fiscais	(4.205)
Provisões para contingências	(16.841)
Outros	(5.063)
Passivo não circulante	(410.219)
Arrendamentos	(58.036)
Provisões para contingências	(10.831)
Contingências prováveis e possíveis – Combinação de negócios	(17.254)
IR/CS diferidos (mais valia de estoques)	(2.407)
Obrigações com ex-controladores (b)	(324.098)
Total do passivo	(534.157)
Total dos ativos líquidos	355.263
Ganho obtido na aquisição	355.263
Acervo líquido adquirido (patrimônio líquido contábil)	178.089
Mais/Menos valia alocada	177.174

Como ocorre nas circunstâncias de apuração de um ganho com aquisição de um negócio, a Administração da Companhia apurou um valor preliminar de ganho com aquisição de negócios considerado e sujeito a eventuais ajustes conforme período de mensuração previsto no CPC 15 (R1) / IFRS 3.

O ganho preliminar decorrente da aquisição, no montante de R\$ 355.263, foi reconhecido como receita do exercício, na rubrica Outras receitas operacionais; concomitantemente foi reconhecido o imposto de renda (25%) e contribuição social (9%) diferidos sobre esse valor nos termos da legislação vigente para casos de apuração de deságio/ganho por compra vantajosa.

Os valores de mais/menos valias alocados aos ativos e passivos da Onofre determinados em Laudo estão demonstrados a seguir:

Mais/Menos valia alocadas aos ativos e passivos	R\$
Estoques ⁽ⁱ⁾	21.237
Imobilizado ⁽ⁱⁱ⁾	10.447
Intangível ⁽ⁱⁱⁱ⁾	38.114
Ativo indenizatório ^(iv)	127.037
Contingências – Combinação de negócios ^(v)	(17.254)
IR/CS diferidos (mais valia de estoques) ^(vi)	(2.407)
Impacto total do valor justo	177.174

(i) Referem-se aos estoques de mercadorias. O saldo de estoque disponível para comercialização foi ajustado a valor justo, considerando o giro médio, margem histórica dos canais de vendas e a expectativa da taxa Selic.

(ii) Compreende o conjunto dos ativos imobilizados da Onofre, composto por terrenos, edifícios, instalações, máquinas e equipamentos, móveis e utensílios, *hardware*, veículos, benfeitorias em bens de terceiros, imobilizados em andamento. O saldo contábil foi ajustado a valor justo conforme avaliação patrimonial.

(iii) Compreende o ativo intangível identificado da "Marca Onofre", que foi avaliada considerando as seguintes premissas:

- Estimativa da vida útil remanescente – estimada em 21,5 anos para atingir 90% de concentração do benefício econômico para o fluxo de caixa projetado a valor presente;
- Estimativa da taxa de *royalty* – aplicada sobre a receita projetada foi de 1,3% com base nas metodologias de divisão dos lucros e *royalties* de transações
- Receita total – projetada pela Administração da Raia Drogasil, conforme o *Business Enterprise Value* (BEV – Avaliação de Empresa)
- Taxa de desconto – para o cálculo do valor presente do fluxo de caixa projetado do intangível, foi adotada uma taxa de desconto de 15,1%, estimada com base no WACC calculado para a empresa, acrescido de um prêmio de risco
- Benefício fiscal da amortização (*Tax Amortizations Benefit* – TAB) – benefício fiscal gerado na possível amortização do referido valor justo do ativo pela sua vida útil estimada.

Cabe destacar que, do valor de R\$ 38.114 de mais valia alocada à marca Onofre, a Companhia efetuou no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a baixa por *impairment* no valor de R\$ 22.665, referente à mais valia alocada às lojas, uma vez que essas foram migradas para as bandeiras Droga Raia ou Drogasil. A baixa foi registrada no resultado do período na rubrica Outras despesas operacionais.

(iv) Refere-se ao valor da consideração transferida na transação, como garantia bancária (carta de fiança), para cobertura dos passivos decorrentes da disputa jurídica envolvendo os ex-acionistas da Onofre e a CVS, a saber: (i) procedimento arbitral no Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá; e (ii) ação de produção antecipada de provas em curso na 23ª Vara da Comarca de São Paulo, conforme estabelecido no SPA. Uma vez que parte do passivo relacionado a tais obrigações com os ex-controladores está garantido por aplicação financeira vinculada aos processos no valor de R\$ 197.061, o valor justo de R\$ 127.037 foi apurado pela diferença entre o saldo materializado das provisões passivas de obrigações com os ex-controladores e a aplicação financeira vinculada, limitada a R\$ 167.000.

(v) Referem-se às contingências classificadas como possíveis no balanço da Onofre e que para fins de Combinação de Negócios, conforme CPC 15 (R1) / IFRS 3, o valor justo das perdas possíveis estão sendo incluídos na alocação preliminar do preço de compra.

Conforme CPC 15 (R1) / IFRS 3, o adquirente deve reconhecer, na data da aquisição, um passivo contingente assumido em combinação de negócios, mesmo se não for provável que sejam requeridas saídas de recursos (incorporando benefícios econômicos) um valor justo assumido na negociação na pressuposição de liquidação da provisão para contingência.

A Companhia concluiu que os valores justos das contingências de perda possível se aproximam dos valores esperados de desembolso e estão alocados no preço de aquisição para determinação do valor justo do patrimônio líquido da Onofre.

(vi) Referem-se ao IR/CS diferidos constituídos em relação à parcela de 1/3 da mais-valia dos estoques “baixados” antes da incorporação da Onofre.

O resultado da operação deveu-se, substancialmente, ao interesse do Vendedor de não mais operar no Brasil.

(b) Obrigações com ex-controladores assumidas pelo Vendedor

O passivo classificado no longo prazo no montante de R\$ 341.843 (R\$ 332.900 – 2019) refere-se a obrigações com antigos sócios da Onofre com o Vendedor e sua liquidação depende de uma decisão arbitral. No contrato de aquisição da Onofre pela Raia Drogasil, foi acordado que as aplicações financeiras e a carta fiança (ativo indenizatório) nos montantes de R\$ 207.721 (R\$ 202.356 – 2019) e R\$ 134.185 (R\$ 130.571 - 2019), respectivamente, permanecerão vinculados ao passivo de arbitragem como garantia de liquidação. Dessa forma, a Raia Drogasil não será prejudicada ou beneficiada por esta operação desde a data da compra (1º de julho de 2019), até a data de sua completa liquidação. O valor atualizado de R\$ 341.906 (R\$ 332.927 – 2019) está classificado como ativo restrito de arbitragem no grupo ativo não circulante Nota 17.

Conforme estabelece o CVQ, os Vendedores serão responsáveis pela condução do processo arbitral até sua completa extinção e quaisquer perdas ou ganhos decorrentes da resolução da arbitragem serão indenizados à Companhia. Dessa forma, os resultados auferidos a partir de 1º de julho de 2019 com atualizações monetárias dos referidos ativos e passivos, bem como os correspondentes impostos incidentes sobre as referidas transações, serão apurados e expurgados do resultado em contrapartida das contas patrimoniais, cujo valor em 31 de dezembro de 2020 representa um ressarcimento aos Vendedores no valor de R\$ 63 (R\$ 27 – 2019).

(c) Incorporação da Drogaria Onofre Ltda. em 1º de agosto de 2019

Em 1º de agosto de 2019, foi realizada Assembleia Geral Extraordinária, que aprovou a proposta de incorporação da Drogaria Onofre Ltda. pela Raia Drogasil S.A., a qual teve como referência o laudo de avaliação a valor contábil do patrimônio líquido da Onofre em 31 de dezembro de 2018, elaborado por perito especializado e independente.

Com a aquisição da Onofre em 1º de julho de 2019 e incorporação em 1º de agosto de 2019, a Companhia reconheceu os resultados de um mês da operação da Onofre nas informações contábeis consolidadas da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 Nota 10.1 b.

Os saldos patrimoniais incorporados pela Companhia em 1º de agosto de 2019 estão demonstrados a seguir:

Saldos patrimoniais incorporados	1º de agosto de 2019
Ativo circulante	274.373
Ativo não circulante	529.285
Passivo circulante	(107.003)
Passivo não circulante	(398.653)
Acervo líquido incorporado	298.002

6. Caixa e equivalentes de caixa

Itens de caixa e equivalentes de caixa	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Caixa e bancos	116.076	121.382	117.167	123.597
Fundo de investimento	-	-	2.174	-
Aplicações automáticas ⁽ⁱ⁾	11.871	45.766	13.145	47.156
Certificado de Depósito Bancário - CDB ⁽ⁱⁱ⁾	53.716	2.892	53.716	2.892
Debêntures compromissadas ⁽ⁱⁱⁱ⁾	673.594	124.823	694.155	125.581
Total	855.257	294.863	880.357	299.226

Na data da incorporação em 1º de agosto de 2019, o montante de Caixa e equivalentes de caixa da Onofre incorporados foi de R\$ 69.856.

(i) Trata-se de um fundo de renda fixa de curto prazo com aplicações e resgates automáticos.

(ii) Aplicação em certificado de depósito bancário com liquidez diária e prazo de carência de 30 dias.

(iii) Trata-se de investimento em renda fixa com remuneração atrelada à variação da taxa do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, lastreado em debêntures ofertadas publicamente emitidas por companhias, com compromisso de recompra por parte do Banco e revenda por parte do Grupo, conforme condições previamente pactuadas no qual as instituições financeiras que transacionaram esses títulos garantem o risco de crédito, de baixo risco para o Grupo e com liquidez imediata sem perda de rendimento.

As aplicações financeiras estão distribuídas nas seguintes instituições financeiras: Banco do Brasil, Banrisul, Bradesco, Caixa Econômica, Daycoval, Itaú, Safra e Santander.

A exposição do Grupo a riscos de taxas de juros é divulgada na Nota 26 a.

7. Clientes

Itens de clientes	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Contas a receber de clientes	1.376.516	1.055.053	1.559.908	1.196.895
(-) Perdas de crédito esperadas	(646)	(1.250)	(2.069)	(3.430)
(-) Ajuste a valor presente	(2.069)	(3.897)	(2.405)	(4.446)
Total	1.373.801	1.049.906	1.555.434	1.189.019

Abaixo, estão demonstrados os saldos de contas a receber por idade de vencimento:

Idades de vencimento	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
A vencer	1.372.587	1.050.277	1.545.854	1.178.374
Vencidas				
Entre 1 e 30 dias	2.954	1.745	6.565	8.612
Entre 31 e 60 dias	537	2.077	2.214	4.469
Entre 61 e 90 dias	60	178	969	1.041
Entre 91 e 180 dias	378	776	3.038	2.774
Entre 181 e 360 dias	-	-	1.268	1.625
(-) Perdas de crédito esperadas	(646)	(1.250)	(2.069)	(3.430)
(-) Ajuste a valor presente	(2.069)	(3.897)	(2.405)	(4.446)
Total	1.373.801	1.049.906	1.555.434	1.189.019

O prazo médio de recebimento das contas a receber de clientes, representado por cartões de crédito, débito e por parcerias com empresas e governo é de, aproximadamente, 40 dias (36 dias em 2019), prazo esse considerado como parte das condições normais e inerentes das operações do Grupo. Parte substancial dos valores vencidos acima de 31 dias estão representados por recebimento por meio de convênios e do Programa de Benefício em Medicamentos – PBMs.

A movimentação das perdas de crédito esperadas está demonstrada abaixo:

Movimentação das perdas esperadas	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Saldo inicial	(1.250)	(892)	(3.430)	(1.355)
Adições	(13.951)	(8.196)	(18.427)	(12.607)
Reversões	3.155	3.097	6.947	5.261
Perdas	11.400	4.741	12.841	5.271
Saldo final	(646)	(1.250)	(2.069)	(3.430)

As contas a receber são classificadas na categoria de ativos financeiros a custo amortizado e, portanto, mensuradas de acordo com o descrito na Nota 4 d – Perda por redução ao valor recuperável – *impairment*.

8. Estoques

Itens de estoques	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Mercadorias para revenda	4.139.133	3.792.148	4.251.814	3.872.374
Materiais de consumo	6.317	1.215	6.317	1.215
(-) Provisão para perdas nos estoques ⁽ⁱ⁾	(28.196)	(13.116)	(28.196)	(13.116)
(-) Ajuste a valor presente	(4.412)	(8.912)	(4.527)	(9.085)
Total dos estoques	4.112.842	3.771.335	4.225.408	3.851.388

(i) A variação nos valores de provisão para perdas nos estoques deve-se à mudança de estimativa a partir de 1º de janeiro de 2020, na provisão para perdas sobre os inventários das lojas e centrais de distribuição, cujo efeito no período corrente consiste em R\$ 13.663.

A movimentação das perdas esperadas com mercadorias está demonstrada a seguir:

Movimentação das perdas esperadas	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Saldo inicial	(13.116)	(11.140)	(13.116)	(11.140)
Adições	(24.505)	(8.737)	(24.505)	(8.737)
Baixas	9.425	6.761	9.425	6.761
Saldo final	(28.196)	(13.116)	(28.196)	(13.116)

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, o custo das mercadorias vendidas reconhecidas no resultado foi de R\$ 13.261.372 (R\$ 11.586.282 – 2019) para a Controladora e de R\$ 14.175.708 (R\$ 12.367.239 – 2019) para o Consolidado, incluindo o valor das baixas de estoques de mercadorias reconhecidas como perdas no exercício que totalizaram R\$ 147.861 (R\$ 105.483 – 2019) para a Controladora e R\$ 148.940 (R\$ 106.773 – 2019) para o Consolidado.

O efeito da constituição, reversão ou baixa das perdas esperadas com estoques de mercadorias é registrado na demonstração do resultado, sob a rubrica de “custo das mercadorias vendidas”.

9. Tributos a recuperar

Itens de tributos a recuperar	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Tributos sobre o lucro a recuperar				
IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte	1.255	2.022	1.255	2.022
IRPJ – Imposto de Renda Pessoa Jurídica	214	1.557	7.162	8.763
CSLL – Contribuição Social sobre Lucro Líquido	23	-	2.535	2.974
Subtotal	1.492	3.579	10.952	13.759
Outros tributos a recuperar				
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias – saldo credor	43.710	78.044	48.396	83.812
ICMS – Ressarcimento de ICMS retido antecipadamente	10.543	25.519	10.543	25.519
ICMS – Sobre aquisições do ativo imobilizado	92.583	77.023	92.583	77.023
Pis – Programa de Integração Social	427	1.535	1.120	2.219
Cofins – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	2.706	7.814	5.623	10.823
FINSOCIAL – Fundo de Investimento Social – 1982 precatório	561	561	561	561
INSS - Instituto Nacional da Seguridade Social	3.301	-	3.301	-
Subtotal	153.831	190.496	162.127	199.957
Total	155.323	194.075	173.079	213.716
Ativo circulante	59.288	135.771	61.531	145.617
Ativo não circulante	96.035	58.304	111.548	68.099

Os créditos de ICMS de R\$ 43.710 e R\$ 10.543 (R\$ 78.044 e de R\$ 25.519 - 2019) na Controladora e de R\$ 48.396 e R\$ 10.543 (R\$ 83.812 e R\$ 25.519 - 2019) no Consolidado, são oriundos de diferenciais de alíquotas de ICMS e ressarcimento do ICMS-ST (Substituição Tributária) em operações de entrada e saída de mercadorias realizadas por seus Centros de Distribuição nos estados de Pernambuco e Rio Grande do Sul, por ocasião do abastecimento de suas filiais localizadas em outros estados da federação. Os respectivos créditos vêm sendo consumidos progressivamente nos últimos meses, principalmente por produtos que estão fora da sistemática da substituição tributária.

Trânsito em julgado – Exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS – Ação ordinária distribuída pela Drogasil S.A. em abril de 1986

Em 15 de março de 2017, o Supremo Tribunal Federal (STF) concluiu o julgamento do mérito do Recurso Extraordinário nº 574.706, com efeitos de repercussão geral, no qual foi assegurado aos contribuintes o direito à exclusão do ICMS da base de cálculo das contribuições do PIS e da COFINS.

A Companhia possui ação judicial própria, ajuizada no ano de 1986, objetivando discutir o direito de excluir o ICMS da base de cálculo do PIS e Finsocial, tendo ocorrido o trânsito em julgado e o processo baixado à vara de origem em maio de 2019. Os efeitos dessa decisão se aplicam também à Cofins, já que no processo foi declarada a sucessão desse tributo pelo anterior (Finsocial).

Vale lembrar que o critério de cálculo dos créditos e a modulação dos efeitos da decisão do mencionado Recurso Extraordinário, aguardam ainda o julgamento dos Embargos de declaração ajuizados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional no RE nº 574.706. A mencionada decisão é determinante para realização dos cálculos, tendo em vista que a decisão proferida na ação individual da Companhia não entrou no mérito sobre qual ICMS a ser excluído da base de cálculo do Pis/Cofins (destacado em nota, o previsto ou apurado).

Nesse sentido, visando preservar maior segurança jurídica para fins de recuperação dos créditos de períodos passados, a Companhia optou por adotar momentaneamente o critério determinado pela Receita Federal nos termos da Solução Cosit nº 13/18 e IN nº 1.911/19, tendo apurado créditos no montante de R\$ 4.809, os quais foram totalmente compensados até Dezembro de 2020.

Por se tratar de valores correspondentes ao período de 2013 a 2017, o principal (R\$ 3.503) foi contabilizado no resultado não recorrente e a atualização monetária (R\$ 1.306) no resultado financeiro do exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Caso seja considerado o valor do ICMS destacado como critério de cálculo, a Companhia deverá registrar o valor adicional aproximado de R\$ 46.000 que corresponde ao período de 2013 a 2017.

A Companhia aguarda o julgamento dos embargos de declaração ajuizado pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional no RE nº 574.706, para avaliar a melhor estratégia a ser adotada, dentro das possibilidades de liquidação de sentença e/ou compensação dos créditos calculados. Também considerou a orientação do Ofício CVM SNC/SEP nº 01/2021 observando os aspectos relacionados ao tema e verificou que nesse momento não há ação a ser tomada com relação a esse processo.

Recolhimento indevido de contribuições previdenciárias sobre descontos em folha de salários

Foi realizada revisão dos recolhimentos de contribuição previdenciária sobre a folha de salários efetuados nos últimos cinco anos e constatou-se o recolhimento indevido sobre verbas descontadas da folha de salários enquadradas como hipótese de não incidência ou isenção com base em decisões judiciais favoráveis que defendem, que os descontos na folha de pagamentos para fins de coparticipação dos empregados em benefícios isentos de contribuição previdenciária patronal também não deveriam ensejar qualquer tributação previdenciária. Nesse sentido, com base nas análises e nos pareceres elaborados por nossos advogados e consultoria, realizamos o levantamento e o registro do crédito no valor de R\$ 32.728, o qual já foi utilizado o montante de R\$ 29.427, restando o saldo de R\$ 3.301 em 31 de dezembro de 2020 cuja previsão é de que seja compensado integralmente até julho de 2021.

10. Investimentos

10.1 Combinação de negócios e ágio

(a) Combinação de negócios – 4Bio

Em 2015, a Companhia adquiriu 55% de participação societária da 4Bio Medicamentos S.A. ("4Bio") passando a deter controle a partir de 1º de outubro de 2015.

O contrato estabelece outorgas de opção de compra e opção de venda do saldo remanescente das ações correspondente a 45% da totalidade, atualmente em poder do acionista fundador, a serem exercidas após janeiro de 2021. Em 24 de setembro de 2019, a Companhia e o Fundo de Investimento em Participações Kona ("Kona"), detentor das ações do acionista fundador conforme acordo firmado, assinaram aditivo ao contrato original de compra e venda alterando prazo de exercício das opções de compra, detida pela Companhia, e de venda detida por Kona, relativo aos 45% remanescentes da 4Bio, passando a vigorar o seguinte critério:

- 1ª opção de compra e venda das ações equivalentes a 30% do capital social, será exercível entre 1º de janeiro de 2021 e 30 de junho de 2021, tendo como referência a média dos Ebitdas ajustados da 4Bio dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018, 2019 e 2020;

- 2ª opção de compra e venda de ações equivalentes a 15% do capital social, será exercível a partir de 1º de janeiro de 2024 e 30 de junho de 2024, tendo como referência a média dos Ebitdas ajustados da 4Bio dos exercícios a findarem-se em 31 de dezembro de 2021, de 2022 e de 2023

Ficou também estabelecido que o Sr. André Kina seguirá como CEO da 4Bio pelo menos até o final de 2023. O valor justo do passivo financeiro em 31 de dezembro de 2020, foi remensurado para R\$ 46.448 (R\$ 42.113 – 2019).

O valor justo das ações adicionais registrado na Controladora e no Consolidado, no valor de R\$ 46.448 (R\$ 42.113 – 2019), está classificado como nível 3 da hierarquia do valor justo. As principais estimativas de valor justo têm como referência: (i) uma taxa de desconto de 12,60% em dezembro de 2020 (11,81% – 2019), (ii) uma taxa de crescimento médio de EBITDA de 18,02% em dezembro de 2020 (39,01% – 2019), considerando a média dos Ebitdas projetados para os anos de 2018 a 2021 e no múltiplo previsto em contrato.

O ágio decorrente da aquisição, no montante de R\$ 12.907 (R\$ 12.907 – 2019) na Controladora e de R\$ 25.563 (R\$ 25.563 – 2019) no Consolidado, representa o benefício econômico futuro esperado pela combinação dos negócios.

(b) Combinação de negócios – Onofre

Com a aquisição de 100% da participação na Drogaria Onofre em 1º de julho de 2019 e sua incorporação pela Raia Drogasil em 1º de agosto de 2019, conforme descrito na Nota 5, a Companhia reconheceu um mês de equivalência patrimonial (julho/2019) da Onofre.

10.2 Constituições de empresas

(a) Constituição de empresa – Stix Fidelidade e Inteligência S.A.

A Companhia junto com o Grupo Pão de Açúcar ("GPA") anunciaram a primeira coalizão brasileira de companhias varejistas de abrangência nacional por meio da criação da empresa Stix Fidelidade ("Stix"). A Stix nasceu com uma plataforma de produtos e serviços para acúmulo e resgate de pontos, de forma a oferecer descontos e vantagens aos clientes fiéis das duas Companhias, além de ter apoio em mais de 3 mil estabelecimentos em todo o país por meio das marcas Droga Sil, Droga Raia, Extra e Pão de Açúcar.

O programa Stix Fidelidade tem como foco oferecer benefícios valiosos e acessíveis para participantes em uma ampla gama de segmentos, fidelizando os clientes e gerando valor para as empresas que integrarão sua plataforma.

O programa foi lançado em outubro de 2020, para os clientes que fizerem suas compras nas lojas Droga Raia, Droga Sil, Extra e Pão de Açúcar acumulando os pontos Stix.

A Stix Fidelidade tem sua composição acionária representada por 66,77% de participação do GPA e 33,33% da Companhia e é uma empresa autônoma, com um Conselho de Administração formado por membros indicados pelos acionistas.

Em 29 de fevereiro de 2020, a Companhia integralizou capital no montante de R\$ 3.289.

(b) Constituição de empresa - RD Ventures Fundo de Investimento em Participações - Multiestratégia

Em 22 de outubro de 2020 a Companhia constituiu o fundo de investimento em participações sob a forma de condomínio fechado, nos termos da instrução CVM nº 578, de 30 de agosto de 2016, conforme alterada ("Instrução CVM 578"), da Instrução CVM nº 579 de 30 de agosto de 2016 e pelo Código ABVCAP/Anbima de Regulação e Melhores Práticas, bem como pelas demais disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis, com a denominação RD Ventures Fundo de Investimento em participações – Multiestratégia ("FIP RD Ventures").

O FIP RD Ventures é administrada pela Paraty Capital Ltda., sociedade com sede na Rua dos Pinheiros, 870, conjunto 133, Pinheiros, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 18.313.996/0001-50, devidamente autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), para administrar carteira de títulos e valores mobiliários.

Em 30 de dezembro de 2020, a Companhia integralizou capital no montante de R\$ 4.500.

10.3 Composição e movimentação de investimentos

Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, os saldos de investimentos da Companhia estão demonstrados abaixo:

Razão social	Principal atividade	Participação (%)	2020	2019
4Bio Medicamentos S.A.	Varejo de medicamentos especiais	55%	73.768	60.263
RD Ventures FIP – Multiestratégia	Fundo de Investimento em Participações	100%	4.498	-
Stix Fidelidade e Inteligência S.A. (i)	Plataforma de produtos e serviços para acúmulo e resgate de pontos	33%	(4.578)	-
Total			73.688	60.263

(i) A provisão para perdas nos investimentos está registrada na rubrica "Outras provisões".

A movimentação de investimentos apresentado nas demonstrações financeiras individuais, está demonstrada abaixo:

Movimentação de investimentos	Controladora	
	2020	2019
Saldo em 1º de janeiro	60.263	40.108
Resultado de equivalência patrimonial - 4Bio	13.553	20.160
Plano de remuneração de ações restritas - 4Bio	(48)	(5)
Resultado de equivalência patrimonial - Stix ⁽ⁱ⁾	(7.867)	-
Integralização de capital Stix ⁽ⁱ⁾	3.289	-
Integralização de capital FIP RD Ventures	4.500	-
Resultado de equivalência patrimonial FIP RD Ventures	(2)	-
Saldo final	73.688	60.263

(i) A provisão para perdas nos investimentos está registrada na rubrica "Outras Provisões".

Para efeito de cálculo da equivalência patrimonial das controladas e coligadas, a Companhia ajusta os ativos, passivos e as respectivas movimentações no resultado. Na 4Bio e Onofre são ajustados com base na alocação do preço de compra determinado na data de aquisição. O quadro abaixo demonstra os efeitos no lucro líquido do exercício das controladas 4Bio e Onofre e coligada Stix para fins de determinação do resultado de equivalência patrimonial dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

	Controladora			Resultado de equivalência patrimonial	Controladora		Resultado de equivalência patrimonial
	4Bio	Stix	FIP RD Ventures		4Bio	Onofre	
Movimentação do resultado de equivalência patrimonial	2020	2020	2020	Total	2019	2019	Total
Lucro líquido do exercício	14.066	(7.867)	(2)	6.197	20.734	(26.518)	(5.784)
Amortizações das mais valias decorrentes da combinação de negócios	(513)	-	-	(513)	(574)	(8.078)	(8.652)
Total	13.553	(7.867)	(2)	5.684	20.160	(34.596)	(14.436)
	Controladora				Controladora		
	4Bio	Stix	FIP RD Ventures		4Bio	Onofre	
Patrimônio líquido ajustado	2020	2020	2020	Total	2019	2019	Total
Investimento a valor de livros	59.147	(4.578)	4.498	59.067	45.081	-	45.081
Alocação do preço de compra (mais valia de ativos)	2.679	-	-	2.679	3.454	355.263	358.717
Resultado de equivalência patrimonial – Julho/2019	-	-	-	-	-	(26.518)	(26.518)
Amortização de mais valia	-	-	-	-	-	(8.078)	(8.078)
Baixa da marca de lojas Onofre	-	-	-	-	-	(22.665)	(22.665)
Imposto de renda diferido passivo sobre ajustes de alocação	(911)	-	-	(911)	(1.174)	-	(1.174)
Plano de remuneração de ações restritas	(54)	-	-	(54)	(5)	-	(5)
Baixa de investimento por incorporação	-	-	-	-	-	(298.002)	(298.002)
Total de patrimônio líquido ajustado	60.861	(4.578)	4.498	60.781	47.356	-	47.356
Ágio fundamentado na expectativa de rentabilidade futura	12.907	-	-	12.907	12.907	-	12.907
Saldo de Investimentos	73.768	(4.578)	4.498	73.688	60.263	-	60.263

11. Imobilizado e intangível

a) Imobilizado

A seguir estão apresentadas as movimentações no ativo imobilizado da Controladora:

Movimentações	Terrenos	Edificações	Móveis, utensílios e instalações	Máquinas e equipamentos	Veículos	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Total
Custo							
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2019	27.440	41.917	816.474	441.238	63.656	1.203.624	2.594.349
Adições	11.790	29.505	166.504	179.513	6.057	3.898.687	4.292.056
Alienações e baixas	(3.584)	-	(13.511)	(23.083)	(1.652)	(211.111)	(252.941)
(Provisão) / Reversão para encerramento de lojas	-	-	(2.067)	-	-	(3.087)	(5.154)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	35.646	71.422	967.400	597.668	68.061	4.888.113	6.628.310
Reclassificação Direito de Uso arrendamento – Nota 2	-	-	-	-	-	(3.557.186)	(3.557.186)
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2020, após reclassificação	35.646	71.422	967.400	597.668	68.061	1.330.927	3.071.124
Adições	-	-	146.580	116.534	8.059	289.808	560.981
Alienações e baixas	(3.522)	(1.585)	(14.293)	(8.672)	(2.409)	(181.673)	(212.154)
(Provisão) / Reversão para encerramento de lojas	-	-	(2.695)	-	-	(3.673)	(6.368)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	32.124	69.837	1.096.992	705.530	73.711	1.435.389	3.413.583
Depreciação acumulada							
Taxas anuais médias de depreciação(%)		2,5 - 2,7	7,4 - 10	7,1 - 15,8	20 - 23,7	13 - 20	
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2019	-	(22.068)	(280.684)	(216.166)	(23.749)	(507.997)	(1.050.664)
Adições	-	(3.148)	(90.529)	(78.987)	(8.673)	(805.593)	(986.930)
Alienações e baixas	-	-	9.466	6.522	1.114	196.441	213.543
Provisão / (Reversão) para encerramento de lojas	-	-	516	-	-	1.164	1.680
Saldo em 31 de dezembro de 2019	-	(25.216)	(361.231)	(288.631)	(31.308)	(1.115.985)	(1.822.371)
Reclassificação Direito de Uso arrendamento – Nota 2	-	-	-	-	-	524.582	524.582
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2020, após reclassificação	-	(25.216)	(361.231)	(288.631)	(31.308)	(591.403)	(1.297.789)
Adições	-	(1.892)	(96.433)	(80.936)	(7.782)	(280.696)	(467.739)
Alienações e baixas	-	222	13.043	8.247	784	180.208	202.504
Provisão / (Reversão) para encerramento de lojas	-	-	1.331	-	-	2.321	3.652
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-	(26.886)	(443.290)	(361.320)	(38.306)	(689.570)	(1.559.372)
Saldo líquido							
Em 31 de dezembro de 2019	35.646	46.206	606.169	309.037	36.753	3.772.128	4.805.939
Reclassificação Direito de Uso arrendamento – Nota 2	-	-	-	-	-	(3.032.604)	(3.032.604)
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2020, após reclassificação	35.646	46.206	606.169	309.037	36.753	739.524	1.773.335
Em 31 de dezembro de 2020	32.124	42.951	653.702	344.210	35.405	745.819	1.854.211

A seguir, estão apresentadas as movimentações no ativo imobilizado no Consolidado:

Movimentações	Terrenos	Edificações	Móveis, utensílios e instalações	Máquinas e equipamentos	Veículos	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Total
Custo							
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2019	27.440	41.917	817.963	442.875	63.909	1.205.547	2.599.651
Adições	11.790	29.505	166.735	180.463	6.151	3.904.622	4.299.266
Alienações e baixas	(3.584)	-	(13.512)	(23.083)	(1.652)	(211.111)	(252.942)
(Provisão) / Reversão para encerramento de lojas	-	-	(2.067)	-	-	(3.087)	(5.154)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	35.646	71.422	969.119	600.255	68.408	4.895.971	6.640.821
Reclassificação Direito de Uso arrendamento – Nota 2	-	-	-	-	-	(3.562.473)	(3.562.473)
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2020, após reclassificação	35.646	71.422	969.119	600.255	68.408	1.333.498	3.078.348
Adições	-	-	146.782	117.520	8.059	290.410	562.771
Alienações e baixas	(3.522)	(1.585)	(14.294)	(8.672)	(2.409)	(181.673)	(212.155)
(Provisão) / Reversão para encerramento de lojas	-	-	(2.695)	-	-	(3.673)	(6.368)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	32.124	69.837	1.098.912	709.103	74.058	1.438.562	3.422.596
Depreciação acumulada							
Taxas anuais médias de depreciação(%)		2,5 – 2,7	7,4 – 10	7,1 – 15,8	20 – 23,7	13 – 20	
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2019	-	(22.068)	(281.155)	(216.836)	(23.966)	(508.666)	(1.052.691)
Adições	-	(3.148)	(90.677)	(79.278)	(8.608)	(807.382)	(989.093)
Alienações e baixas	-	-	9.466	6.522	1.114	196.441	213.543
Provisão / (Reversão) para encerramento de lojas	-	-	516	-	-	1.164	1.680
Saldo em 31 de dezembro de 2019	-	(25.216)	(361.850)	(289.592)	(31.460)	(1.118.443)	(1.826.561)
Reclassificação Direito de Uso arrendamento – Nota 2	-	-	-	-	-	525.948	525.948
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2020, após reclassificação	-	(25.216)	(361.850)	(289.592)	(31.460)	(592.495)	(1.300.613)
Adições	-	(1.892)	(96.595)	(81.390)	(7.823)	(281.219)	(468.919)
Alienações e baixas	-	222	13.044	8.246	784	180.208	202.504
Provisão / (Reversão) para encerramento de lojas	-	-	1.331	-	-	2.321	3.652
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-	(26.886)	(444.070)	(362.736)	(38.499)	(691.185)	(1.563.376)
Saldo líquido							
Em 31 de dezembro de 2019	35.646	46.206	607.269	310.663	36.948	3.777.528	4.814.260
Reclassificação Direito de Uso arrendamento – Nota 2	-	-	-	-	-	(3.036.525)	(3.036.525)
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2020, após reclassificação	35.646	46.206	607.269	310.663	36.948	741.003	1.777.735
Em 31 de dezembro de 2020	32.124	42.951	654.842	346.367	35.559	747.377	1.859.220

b) Intangível

A seguir, estão apresentadas as movimentações no ativo intangível da Controladora:

Movimentações	Ponto comercial	Licença de uso de software e implantação de sistemas	Ágio na aquisição de empresa (Vison Ltda.)	Ágio na aquisição de empresa (Raia S.A.)	Marcas	Carteira de clientes	Total
Custo							
Saldo em 1º de janeiro de 2019	278.941	140.078	22.275	780.084	159.751	41.700	1.422.829
Adições	49.843	96.836	-	-	16.900	-	163.579
Alienações e baixas	(39.039)	(31.414)	-	-	(98)	-	(70.551)
Provisão / (Reversão) para encerramento de Lojas	(1.606)	6	-	-	-	-	(1.600)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	288.139	205.506	22.275	780.084	176.553	41.700	1.514.257
Adições	27.249	81.266	-	-	1.357	-	109.872
Alienações e baixas	(44.346)	(31.541)	-	-	(75)	-	(75.962)
Provisão / (Reversão) para encerramento de Lojas	234	9	-	-	-	-	243
Saldo em 31 de dezembro de 2020	271.276	255.240	22.275	780.084	177.835	41.700	1.548.410
Amortização acumulada							
Taxas anuais médias de amortização (%)	17 – 23,4	20	Vida útil indefinida	Vida útil indefinida	Vida útil indefinida	6,7 – 25	
Saldo em 1º de janeiro de 2019	(154.498)	(59.905)	(2.387)	-	-	(38.097)	(254.887)
Adições	(53.921)	(60.610)	-	-	(293)	(460)	(115.284)
Alienações e baixas	36.672	30.506	-	-	-	-	67.178
Provisão / (Reversão) para encerramento de lojas	654	(3)	-	-	-	-	651
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(171.093)	(90.012)	(2.387)	-	(293)	(38.557)	(302.342)
Adições	(45.108)	(46.612)	-	-	(702)	(460)	(92.882)
Alienações e baixas	44.102	31.283	-	-	-	-	75.385
Provisão / (Reversão) para encerramento de lojas	215	(3)	-	-	-	-	212
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(171.884)	(105.344)	(2.387)	-	(995)	(39.017)	(319.627)
Saldo líquido							
Em 31 de dezembro de 2019	117.046	115.494	19.888	780.084	176.260	3.143	1.211.915
Em 31 de dezembro de 2020	99.392	149.896	19.888	780.084	176.840	2.683	1.228.783

A seguir, estão apresentadas as movimentações no ativo intangível no Consolidado:

Movimentações	Ponto comercial	Licença de uso de software e implantação de sistemas	Ágio na aquisição de empresa (Vison Ltda.)	Ágio na aquisição de empresa (Raia S.A.)	Ágio na aquisição de empresa (4Bio)	Marcas	Carteira de clientes Raia S.A.	Relacionamento com clientes 4Bio	Total
Custo									
Saldo em 1º de janeiro de 2019	278.941	141.745	22.275	780.084	25.563	164.820	41.700	8.463	1.463.591
Adições	49.843	97.903	-	-	-	16.900	-	-	164.646
Alienações e baixas	(39.039)	(31.416)	-	-	-	(98)	-	(535)	(71.088)
Provisão / (Reversão) para encerramento de lojas	(1.606)	6	-	-	-	-	-	-	(1.600)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	288.139	208.238	22.275	780.084	25.563	181.622	41.700	7.928	1.555.549
Adições	27.249	82.712	-	-	-	1.357	-	-	111.318
Alienações e baixas	(44.344)	(31.541)	-	-	-	(75)	-	-	(75.960)
Provisão / (Reversão) para encerramento de lojas	234	9	-	-	-	-	-	-	243
Saldo em 31 de dezembro de 2020	271.278	259.418	22.275	780.084	25.563	182.904	41.700	7.928	1.591.150
Amortização acumulada									
Taxas anuais médias de amortização (%)	17 – 23,4	20	Vida útil indefinida	Vida útil indefinida	Vida útil indefinida	Vida útil indefinida	20	6,7 - 25	
Saldo em 1º de janeiro de 2019	(154.498)	(60.551)	(2.387)	-	-	(3.295)	(38.097)	(2.375)	(261.203)
Adições	(53.921)	(61.016)	-	-	-	(1.307)	(460)	(566)	(117.270)
Alienações e baixas	36.673	30.506	-	-	-	-	-	535	67.714
Provisão / (Reversão) para encerramento de lojas	654	(3)	-	-	-	-	-	-	651
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(171.092)	(91.064)	(2.387)	-	-	(4.602)	(38.557)	(2.406)	(310.108)
Adições	(45.108)	(47.248)	-	-	-	(1.547)	(460)	(566)	(94.929)
Alienações e baixas	44.101	31.282	-	-	-	-	-	-	75.383
Provisão / (Reversão) para encerramento de lojas	216	(3)	-	-	-	-	-	-	212
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(171.883)	(107.033)	(2.387)	-	-	(6.149)	(39.017)	(2.972)	(329.441)
Saldo líquido									
Em 31 de dezembro de 2019	117.047	117.174	19.888	780.084	25.563	177.020	3.143	5.522	1.245.441
Em 31 de dezembro de 2020	99.395	152.385	19.888	780.084	25.563	176.755	2.683	4.956	1.261.709

(i) Ágio na aquisição de empresas

Os ágios gerados na aquisição de empresas são testados anualmente para fins de avaliação de recuperação do ativo ("impairment").

Ágio na aquisição da Drogaria Vison Ltda.

O ágio no montante de R\$ 19.888 é referente à aquisição da empresa Drogaria Vison Ltda., em 13 de fevereiro de 2008 e incorporada às operações da Companhia a partir de 30 de junho de 2008.

O ágio está fundamentado na expectativa de rentabilidade futura, conforme avaliação elaborada por perito independente, e foi amortizado no período de abril a dezembro de 2008. Conforme previsto na OCPC 02, a partir de 2009, o ágio passou a não ser mais amortizado e, desde então, está sendo testado anualmente para fins de avaliação de recuperabilidade do ativo ("impairment").

Ágio na aquisição da Raia S.A.

A Companhia apurou ágio no montante de R\$ 780.084 na combinação de negócios com a Raia S.A., ocorrido em 10 de novembro de 2011, o qual está fundamentado na expectativa de rentabilidade futura, decorrente da diferença entre valores dos ativos cedidos e recebidos.

Ágio na aquisição da 4Bio Medicamentos S.A.

A Companhia apurou ágio no montante de R\$ 25.563 na combinação de negócios com a 4Bio Medicamentos S.A., ocorrido em 1º de outubro de 2015, cujo valor foi complementado pelo ajuste final de preço em 31 de março de 2016 de R\$ 2.040, o qual está fundamentado na expectativa de rentabilidade futura, decorrente da diferença entre os valores dos ativos cedidos e recebidos.

(ii) Teste de perda por desvalorização do ágio e intangíveis com vida útil indefinida ("impairment")

A Companhia avaliou com base em 31 de dezembro de 2020 a recuperação do valor contábil do ágio originado pelas aquisições da Drogaria Vison Ltda., Raia S.A. e 4Bio Medicamentos S.A., adquiridas por meio de combinações de negócios com base no seu valor em uso, utilizando o modelo de fluxo de caixa descontado alocado às respectivas Unidades Geradoras de Caixa que deram origem aos respectivos ágios.

O valor recuperável das vendas efetuadas pelas Unidades Geradoras de Caixa cuja aquisição originaram os ágios foram determinados por meio de cálculo baseado no valor em uso a partir de projeções de caixa provenientes de orçamentos financeiros aprovados pela Administração ao longo de um período de cinco anos. O fluxo de caixa projetado foi atualizado para refletir as variações na demanda de produtos e serviços. A taxa de desconto, aplicada às projeções do fluxo de caixa é de 14,40% (17,58% - 2019) antes dos impostos e de 10,30% (11,6% - 2019) após os impostos para Raia S.A., de 16,90% (17,9% - 2019) antes dos impostos e de 12,00% (11,6% - 2019) após os impostos para Drogaria Vison Ltda. e de 17,00% (17,9% - 2019) antes dos impostos e de 12,60% (11,81% - 2019) após os impostos para 4Bio Medicamentos S.A.. O teste de recuperação dos ativos intangíveis da Companhia não resultou na necessidade de reconhecimento de perdas por valor recuperável nos ativos intangíveis ("impairment").

Principais premissas utilizadas em cálculos com base no valor em uso

O cálculo do valor em uso para as referidas Unidades Geradoras de Caixa, projetado para os próximos 5 anos, é mais sensível às seguintes premissas:

Receita de vendas e despesas

Reajuste de preços de medicamentos e inflação das demais mercadorias comercializadas e despesas com vendas são reajustadas de acordo com a previsão da inflação geral ou dos índices constantes nos contratos. Os percentuais médios de crescimento foram estimados em: (i) média para os próximos 3 anos de 8,70% (10,36% - 2019) com perpetuidade de 3,30% (3,70% - 2019) para Raia S.A.; (ii) média para os próximos 3 anos de 6,57% (4,27% - 2019) com perpetuidade de 3,30% (3,70% - 2019) para a Drogaria Vison Ltda.; e (iii) média para os próximos 3 anos de 11,96% (20,64% - 2019) com perpetuidade de 3,30% (3,70% - 2019) para 4Bio.

Margens brutas

As margens brutas são baseadas nos valores do mês mais recente, de forma a evitar variações sazonais ou de condições de mercado. Essas margens são aumentadas nos períodos em que os reajustes dos preços dos medicamentos autorizados por órgão controlado pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa (31 de março de cada ano), as afetam em razão dos estoques preexistentes.

Taxas de descontos

As taxas de desconto refletem a atual avaliação de mercado, referente aos riscos relacionados à gestão dos recursos gerados pelas respectivas Unidades Geradoras de Caixa.

Reajuste de preços de medicamentos

As estimativas de reajustes de preços são obtidas com base nos reajustes históricos e nas expectativas do mercado farmacêutico.

Estimativas de taxas de crescimento

São determinadas com base nos índices de mercado, no histórico de desempenho das Unidades Geradoras de Caixa e nas expectativas futuras de *performance* avaliadas pela Administração do Grupo.

Análise de sensibilidade

Se a margem bruta usada no cálculo fosse 1 p.p. menor que as estimativas da Administração, em 31 de dezembro de 2020, e, da mesma forma, se a taxa de desconto aplicada aos fluxos de caixa descontados fosse 1 p.p. maior que as estimativas da Administração, ainda assim, não seriam registrados valores por *impairment* nas análises de recuperabilidade dos ágios.

A determinação de recuperabilidade dos ágios depende de certas premissas chaves, conforme descritas anteriormente que são influenciadas pelas condições de mercados vigentes no momento em que essa recuperabilidade é testada e, dessa forma, não é possível determinar se perdas de recuperabilidade ocorrerão no futuro e, caso ocorram, se essas seriam materiais.

12. Benefícios a empregados

(a) Programa de participação nos resultados

O Grupo possui o programa de participação nos resultados que tem como principal objetivo valorizar o desempenho dos seus funcionários durante o exercício. Mensalmente são reconhecidos um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base nas estimativas de alcance das metas operacionais e objetivos específicos estabelecidos e aprovados pela Administração. O reconhecimento no passivo é realizado no grupo de salários e encargos sociais e na demonstração do resultado ocorre na rubrica das despesas com vendas e despesas gerais e administrativas Nota 22.

(b) Outros benefícios

Existe ainda a concessão de outros benefícios de curto prazo a empregados, tais como seguro de vida, assistências médica e odontológica, auxílio moradia, licença-maternidade e bolsas de estudo, os quais são contabilizados respeitando o princípio de competência e cujo direito se extingue no término do vínculo empregatício com o Grupo.

O Grupo não concede benefícios pós empregos, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros benefícios de longo prazo.

13. Fornecedores

Itens de fornecedores	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Fornecedores de mercadorias	2.810.531	2.460.616	2.971.215	2.579.860
Fornecedores de serviços	105.359	63.817	107.973	65.267
Fornecedores de materiais	20.841	10.196	20.935	10.400
Fornecedores de ativos	14.258	11.926	14.679	12.359
Ajuste a valor presente	(7.610)	(14.262)	(7.864)	(14.650)
Total	2.943.379	2.532.293	3.106.938	2.653.236

No exercício alguns fornecedores cederam títulos da Companhia, sem direito de regresso. Essa operação de antecipação de títulos de fornecedores gerou um ganho financeiro para a Companhia no montante de R\$ 8.330, nessa operação leva-se em consideração o risco de crédito do comprador (no caso a Companhia), os prazos prefixados não mudam após a cessão de crédito, além disso não há nenhuma obrigação que resulte em alguma despesa para a Companhia. A Administração da Companhia também considerou a orientação do Ofício CVM SNC/SEP nº 01/2021 observando os aspectos qualitativos sobre esse tema e concluiu que não há impactos justamente por não existir quaisquer tipos de alteração às condições originalmente pactuadas em decorrência destas operações de risco sacado.

14. Empréstimos e financiamentos, debêntures e notas promissórias

(a) Composição

Itens de empréstimos e financiamentos	Taxa média anual de juros de longo prazo	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
BNDES – Subcrédito		28.895	96.646	28.895	96.646
Empreendimentos	TJLP + 2,02% (+ 2,09% - 2019) a.a.	11.480	38.915	11.480	38.915
Empreendimentos	SELIC + 2,42% (+ 2,37% - 2019) a.a.	14.483	48.406	14.483	48.406
Máquinas, equipamentos e veículos	TJLP + 2,02% (+ 2,02% - 2019) a.a.	2.373	7.107	2.373	7.107
Máquinas, equipamentos e veículos	PSI + 9,54% (+ 9,54% - 2019) a.a.	-	956	-	956
Máquinas, equipamentos e veículos	SELIC + 2,42% (+ 2,42% - 2019) a.a.	12	33	12	33
Outros		547	1.229	547	1.229
Debêntures		869.113	1.029.830	869.113	1.029.830
1ª Emissão de debêntures	104,75% do CDI	100.072	167.696	100.072	167.696
2ª Emissão de debêntures	104,50% do CDI	223.087	314.709	223.087	314.709
3ª Emissão de debêntures – Certificado de Recebíveis Imobiliários	98,50% do CDI	246.104	247.356	246.104	247.356
4ª Emissão de debêntures	106,99% do CDI	299.850	300.069	299.850	300.069
Empréstimos		413.552	-	447.005	-
Empréstimos Financeiro Direto - Lei nº 4.131	100,00% do CDI + 3,30%	312.628	-	312.628	-
Empréstimos Financeiro Direto - Lei nº 4.131	100,00% do CDI + 3,30%	100.924	-	100.924	-
Outros	100,00% do CDI + 2,95%	-	-	33.453	-
Notas promissórias		308.441	-	308.441	-
1ª emissão de nota promissória	100,00% do CDI + 3,00%	308.441	-	308.441	-
Total		1.620.001	1.126.476	1.653.454	1.126.476
Passivo circulante		497.751	228.661	531.204	228.661
Passivo não circulante		1.122.250	897.815	1.122.250	897.815

Os montantes acima têm o seguinte fluxo de pagamento previsto:

Previsão de pagamento	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
2020	-	228.661	-	228.661
2021	497.751	154.458	531.204	154.458
2022	531.286	121.358	531.286	121.358
2023	43.405	71.578	43.405	71.578
2024 em diante	547.559	550.421	547.559	550.421
Total	1.620.001	1.126.476	1.653.454	1.126.476

(b) Características dos financiamentos com BNDES

Os financiamentos junto ao BNDES têm como finalidade a expansão de lojas, aquisição de máquinas, equipamentos, veículos e financiar o capital de giro.

Os subcréditos Projeto Social, Desenvolvimento de Marcas Próprias e Aquisição de Software Nacional estão agrupados na linha de outros. A Companhia tem parte dos financiamentos junto ao BNDES contratados na modalidade de subcréditos, totalizando R\$ 28.895 (R\$ 96.646 - 2019) condicionados ao cumprimento de duas cláusulas restritivas ("covenants"):

- (i) Margem Ebitida (Ebitida/Receita operacional líquida): igual ou superior a 3,6%; e
- (ii) Dívida total líquida/Ativo total: igual ou inferior a 20%.

A mensuração dos "covenants" é anual e, em 31 de dezembro de 2020 e 2019, não houve descumprimento às referidas exigências.

Caso essas exigências não fossem cumpridas, a Companhia teria que disponibilizar ao BNDES fiança bancária para garantir o cumprimento do contrato.

O Grupo não possui contratos condicionados ao cumprimento de "covenants" não financeiros.

(c) Características das debêntures e notas promissórias

Em 24 de abril de 2020, a Companhia realizou a 1ª emissão de notas promissórias, em série única, para distribuição pública com esforços restritos (CVM nº 476), no montante de R\$ 300.000, remuneração equivalente a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI's, acrescida de uma sobretaxa de 3,00% ao ano com prazo de pagamento de 2 anos. Os pagamentos de juros e a amortização do principal ocorrerá na data de vencimento. Os recursos captados foram utilizados para reforço do capital de giro.

Tipo de emissão	Valor da emissão	Quantidade em circulação	Emissão	Vencimentos	Encargos anuais	Preço unitário
1ª Emissão - Série Única	R\$ 300.000	60	24/04/2020	2020-2022	CDI + 3,00%	R\$ 5.000

Em 17 de junho de 2019, a Companhia realizou a 4ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirográfica, em série única, sem garantia real, para distribuição pública com esforços restritos (CVM nº 476), com liquidação em 12 de julho de 2019, no montante de R\$ 300.000, remuneração de 106,99% do CDI e prazo de pagamento de 8 anos. Os pagamentos de juros serão semestrais, e a amortização do principal ocorrerá em duas parcelas iguais, anuais e consecutivas sendo, a última parcela a ser paga em 17 de junho de 2027. Os recursos captados foram utilizados para reforço do capital de giro.

Tipo de emissão	Valor da emissão	Quantidade em circulação	Emissão	Vencimentos	Encargos anuais	Preço unitário
4ª Emissão - Série Única	R\$ 300.000	300.000	17/06/2019	2019-2027	106,99%	R\$ 1

Em 1º de fevereiro de 2019, a Companhia aprovou, por meio da Reunião Extraordinária do Conselho de Administração a 3ª emissão de debêntures simples não conversíveis em ações, da espécie quirográfica, sem garantia real e sem preferência, em série única, no valor total de R\$ 250.000, com remuneração de 98,5% do CDI e prazo de pagamento de 7 anos. Os pagamentos de juros serão semestrais, e a amortização do principal ocorrerá em duas parcelas iguais, anuais e consecutivas, sendo, a última parcela a ser paga em 13 de março de 2026. Os recursos captados estão sendo utilizados para a construção, expansão, desenvolvimento e reforma de determinados imóveis indicados pela Companhia. Essa operação está vinculada aos certificados de recebíveis imobiliários de emissão da Vert Companhia Securitizadora, que serão emitidos com lastro nas debêntures "CRI", objeto de oferta pública de distribuição nos termos da Instrução CVM nº 400.

Tipo de emissão	Valor da emissão	Quantidade em circulação	Emissão	Vencimentos	Encargos anuais	Preço unitário
3ª Emissão - Série Única	R\$ 250.000	250.000	15/03/2019	2019-2026	98,5%	R\$ 1

Em 2 de abril de 2018 foi realizada a 2ª emissão de debêntures da Companhia que possuem prazo de vencimento de 60 meses (abril/2023).

Tipo de emissão	Valor da emissão	Quantidade em circulação	Emissão	Vencimentos	Encargos anuais	Preço unitário
2ª Emissão - 9 Séries	R\$ 400.000	40.000	02/04/2018	2018-2023	104,5%(*)	R\$ 10

(*) Pela taxa média ponderada das séries.

A amortização do principal referente a 2ª emissão das debêntures ocorrerá em 9 parcelas semestrais consecutivas, sendo a primeira a partir do 12º mês após a emissão. O pagamento da remuneração ocorrerá semestralmente, sendo o primeiro pagamento devido em abril de 2019, e os demais sempre nos meses de abril e outubro de cada ano, até a data do vencimento.

As características das debêntures emitidas em 2017 não sofreram alterações, conforme quadro abaixo:

Tipo de emissão	Valor da emissão	Quantidade em circulação	Emissão	Vencimentos	Encargos anuais	Preço unitário
1ª Emissão - Série Única	R\$ 300.000	30.000	19/04/2017	2017-2022	104,75%	R\$ 10

Os custos incorridos com as emissões das debêntures (2017 – 1ª emissão, 2018 – 2ª emissão e 2019 – 3ª e 4ª emissões) e 2020 – 1ª emissão de notas promissórias da Companhia, incluindo taxas, comissões e outros custos, totalizaram R\$ 14.293 (R\$ 10.177 – 2019) e estão classificados na própria rubrica das respectivas debêntures e notas promissórias estão sendo apropriados ao resultado durante o período da dívida. Em 31 de dezembro de 2020, o valor a ser apropriado era de R\$ 8.505 (R\$ 7.626 – 2019), sendo apresentado líquido no saldo de debêntures e notas promissórias.

As debêntures e notas promissórias da Companhia estão condicionadas ao cumprimento da seguinte cláusula restritiva ("covenants"):

(i) Dívida Líquida / Ebitda: não poderá ser superior a 3,0 vezes.

O cálculo da dívida líquida, base para a determinação do cálculo de "covenants" de debêntures e notas promissórias da Companhia, considera os saldos de empréstimos e financiamentos. Conforme descrito na Nota 15 as obrigações de arrendamento estão sendo apresentadas em uma rubrica distinta nas demonstrações financeiras, e portanto, não compõem o cálculo da dívida líquida.

A mensuração dos "covenants" é trimestral e, durante os exercícios de 2020 e 2019, não houve descumprimento às referidas exigências.

O não cumprimento do "covenants" por 2 trimestres consecutivos poderá ser considerado como evento de inadimplemento e, conseqüentemente ter seu vencimento considerado de forma antecipada.

O Grupo realiza o monitoramento das cláusulas condicionados ao cumprimento de "covenants" não financeiros, com o intuito de garantir que as mesmas estão sendo cumpridas. Não houve descumprimento às referidas exigências.

(d) Características dos empréstimos

Em 8 de abril de 2020, a Companhia realizou operação de empréstimo – 4131, no montante de R\$ 100.000, remuneração equivalente a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos CDIs, acrescida de uma sobretaxa de 3,30% ao ano com prazo de pagamento de 2 anos. Os pagamentos de juros serão trimestrais e a amortização do principal ocorrerá na data de vencimento. Os recursos captados foram utilizados para reforço do capital de giro.

Em 31 de março de 2020, a Companhia realizou operação de empréstimo – 4131, no montante de R\$ 300.000, remuneração equivalente a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos CDIs, acrescida de uma sobretaxa de 3,30% ao ano com prazo de pagamento de 1 ano. Os pagamentos de juros e a amortização do principal ocorrerá na data de vencimento. Os recursos captados foram utilizados para reforço do capital de giro.

Os custos de transação incorridos nos empréstimos financeiros - 4131 são de 0,25% para o montante de R\$ 100.000 com prazo de 2 anos e 0,20% para o montante de R\$ 300.000 com prazo de 1 ano, incluindo taxas, comissões e outros custos, totalizaram R\$ 1.104 e estão classificadas na própria rubrica dos respectivos empréstimos financeiros e serão apropriados ao resultado durante o período da dívida. Em 31 de dezembro de 2020, o valor a ser apropriado era de R\$ 404, sendo apresentado líquido no saldo dos empréstimos.

Os empréstimos financeiros - 4131 não estão condicionados ao cumprimento de "covenants" financeiros e não financeiros.

(e) Reconciliação da dívida líquida

A composição e as movimentações da dívida líquida estão apresentadas abaixo:

Composição e movimentações da dívida líquida	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Empréstimos e financiamentos de curto prazo	497.751	228.661	531.204	228.661
Empréstimos e financiamentos de longo prazo	1.122.250	897.815	1.122.250	897.815
Total da dívida	1.620.001	1.126.476	1.653.454	1.126.476
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(855.257)	(294.863)	(880.357)	(299.226)
Dívida líquida	764.744	831.613	773.097	827.250

Movimentações da dívida líquida	Controladora		
	Empréstimos e financiamentos	Caixa e equivalentes	Dívida líquida
Dívida líquida em 1º de janeiro de 2020	1.126.476	(294.863)	831.613
Captações	695.287	-	695.287
Apropriação de juros	58.991	-	58.991
Pagamento de juros	(40.084)	-	(40.084)
Amortização de principal	(225.245)	-	(225.245)
Custo de transação	4.576	-	4.576
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	-	(560.394)	(560.394)
Dívida líquida em 31 de dezembro de 2020	1.620.001	(855.257)	764.744

Movimentações da dívida líquida	Consolidado		
	Empréstimos e financiamentos	Caixa e equivalentes	Dívida líquida
Dívida líquida em 1º de janeiro de 2020	1.126.476	(299.226)	827.250
Captações	728.216	-	728.216
Apropriação de juros	59.515	-	59.515
Pagamento de juros	(40.084)	-	(40.084)
Amortização de principal	(225.245)	-	(225.245)
Custo de transação	4.576	-	4.576
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	-	(581.131)	(581.131)
Dívida líquida em 31 de dezembro de 2020	1.653.454	(880.357)	773.097

15. Arrendamentos

O Grupo arrenda lojas físicas, centros de distribuição, terrenos e edifícios para o seu espaço de escritórios, veículos e equipamentos. As locações de imóveis operacionais e centros de distribuição/administrativos possuem a vigência por um período entre 5 e 20 anos, as locações de imóveis residenciais pelo período de 2 anos e os veículos e equipamentos com prazo de locação de 3 anos.

Desde 1º de janeiro de 2019 a Companhia reconhece os contratos enquadrados como arrendamento de acordo com o CPC 06 (R2) / IFRS 16, como direito de uso e passivo de arrendamento em seu balanço patrimonial.

Em atendimento às orientações da CVM contidas em seu Ofício Circular CVM nº 2/2019, a Companhia adotou para exercício findo em 31 de dezembro de 2019 a utilização da Taxa Nominal de desconto para os contratos de arrendamento, desconsiderando a Taxa Real aplicada no início da vigência da norma. As informações contábeis intermediárias trimestrais divulgadas no exercício de 2019 não sofreram alterações.

Informações sobre os arrendamentos do Grupo estão apresentadas a seguir.

Como arrendatário

Direito de uso do ativo

Abaixo estão apresentadas as movimentações no direito de uso da Controladora:

	2020					2019
	Imóveis operacionais	Imóveis residenciais	Centros de distribuição/ administrativos	Veículos	Equipamentos	Total
Saldo em 1º de janeiro	2.749.100	8.980	271.770	2.662	92	3.032.604
Novos contratos	375.950	5.012	11.967	17	-	392.946
Remensurações ⁽ⁱ⁾	362.453	(294)	28.096	(1.799)	(38)	388.418
Rescisões contratuais	(38.387)	(2.506)	(2.587)	(191)	-	(43.671)
Depreciação	(554.699)	(1.812)	(54.836)	(537)	(19)	(611.903)
Saldo em 31 de dezembro	2.894.417	9.380	254.410	152	35	3.158.394
						3.054.193

Abaixo estão apresentadas as movimentações no direito de uso do Consolidado:

	2020					2019
	Imóveis operacionais	Imóveis residenciais	Centros de distribuição/ administrativos	Veículos	Equipamentos	Total
Saldo em 1º de janeiro	2.749.100	9.101	275.570	2.662	92	3.036.525
Novos contratos	375.950	5.047	12.664	17	-	393.678
Remensurações ⁽ⁱ⁾	362.453	(325)	27.856	(1.799)	(38)	388.147
Rescisões contratuais	(38.387)	(2.506)	(2.587)	(191)	-	(43.671)
Depreciação	(554.699)	(1.858)	(56.322)	(536)	(19)	(613.434)
Saldo em 31 de dezembro	2.894.417	9.459	257.181	153	35	3.161.245
						3.065.658

(i) A Companhia remensura o ativo de direito de uso para refletir as mudanças em pagamentos futuros; mudanças nos prazos inicialmente determinado à implementação do CPC 06 (R2) / IFRS 16 - Arrendamentos e contratos reconhecidos como arrendamentos operacionais (CPC 06 (R1) / IAS 17 - Operações de Arrendamento Mercantil), inicialmente determinados como contratos de curto prazo.

Passivo de arrendamento

Abaixo estão apresentadas as movimentações no passivo de arrendamento da Controladora:

	2020					2019	
	Imóveis operacionais	Imóveis residenciais	Centros de distribuição/ administrativos	Veículos	Equipamentos	Total	Total
Saldo em 1º de janeiro	2.882.824	8.401	286.616	2.711	103	3.180.655	3.174.315
Novos contratos	375.950	5.012	11.967	17	-	392.946	355.054
Remensurações ⁽ⁱ⁾	362.453	(294)	28.096	(1.799)	(38)	388.418	61.361
Juros	210.971	268	16.469	68	5	227.781	215.722
Pagamentos / Compensações	(704.411)	(11.316)	(43.851)	(2.185)	(87)	(761.850)	(625.797)
Saldo em 31 de dezembro	3.127.787	2.071	299.297	(1.188)	(17)	3.427.950	3.180.655

Abaixo estão apresentadas as movimentações no passivo de arrendamento do Consolidado:

	2020					2019	
	Imóveis operacionais	Imóveis residenciais	Centros de distribuição/ administrativos	Veículos	Equipamentos	Total	Total
Saldo em 1º de janeiro	2.882.824	8.537	290.458	2.711	103	3.184.633	3.178.480
Novos contratos	375.950	4.978	12.664	17	-	393.609	357.247
Remensurações ⁽ⁱ⁾	362.453	(326)	27.856	(1.799)	(38)	388.146	60.290
Juros	210.971	273	16.702	68	5	228.019	216.100
Pagamentos / Compensações	(704.411)	(11.364)	(45.435)	(2.185)	(87)	(763.482)	(627.484)
Saldo em 31 de dezembro	3.127.787	2.098	302.245	(1.188)	(17)	3.430.925	3.184.633

(i) A Companhia remensura o passivo de arrendamento para refletir as mudanças em pagamentos futuros; mudanças nos prazos inicialmente determinados à implementação do CPC 06 (R2) / IFRS 16 - Arrendamentos e contratos reconhecidos como arrendamentos operacionais (CPC 06 (R1) / IAS 17 - Operações de Arrendamento Mercantil), inicialmente determinados como contratos de curto prazo.

Os vencimentos de passivos de arrendamento estão classificados de acordo com o seguinte cronograma:

Análise de vencimentos - Passivos de arrendamento	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Menor que 1 ano	501.924	565.204	503.318	566.645
1 a 5 anos	2.431.810	2.255.718	2.433.391	2.258.255
Maior que 5 anos	494.216	359.733	494.216	359.733
Total	3.427.950	3.180.655	3.430.925	3.184.633
Passivo de arrendamento incluídos no Balanço Patrimonial				
Posição em 31 de dezembro				
Circulante	501.924	565.204	503.318	566.645
Não circulante	2.926.026	2.615.451	2.927.607	2.617.988

Os pagamentos futuros a serem efetuados ao arrendador podem gerar ao Grupo o direito de se creditar de PIS e Cofins. Sendo assim, o valor registrado de direito de uso em contrapartida ao passivo de arrendamento já embute um Potencial crédito futuro.

Abaixo, são apresentados o direito Potencial de Pis/Cofins a recuperar embutido nas contraprestações futuras de arrendamento:

Contraprestações futuras	Controladora/ Consolidado	Pis/Cofins Potencial (9,25%)
Menor que 1 ano	467.657	43.258
1 a 2 anos	457.076	42.280
2 a 3 anos	417.480	38.617
3 a 4 anos	370.387	34.261
4 a 5 anos	304.230	28.141
Maior que 5 anos	617.055	57.078
Total	2.633.885	243.635

O direito à utilização de créditos de Pis/Cofins compreende apenas os contratos cujo o arrendador seja pessoa jurídica. A Companhia possui contratos das suas locações, tanto com arrendadores, pessoa jurídica, quanto física.

Em atendimento ao Ofício-Circular CVM nº 02/2019 e o CPC 06 (R2)/ IFRS 16, justificado pelo fato do Grupo não ter aplicado a metodologia de fluxos nominais devido à vedação imposta pelo CPC 06 (R2) de projeção futura de inflação e com o objetivo de fornecer informação adicional aos usuários, abaixo está apresentada a análise de maturidade de contratos e prestações não descontadas em 31 de dezembro de 2020:

Ano	Controladora			Consolidado		
	Valor presente líquido	Juros estimado (futuros) ⁽ⁱ⁾	Valor das prestações não descontadas	Valor presente líquido	Juros estimado (futuros) ⁽ⁱ⁾	Valor das prestações não descontadas
2021	565.245	202.003	767.248	566.639	202.003	768.642
2022	575.630	164.760	740.390	575.630	164.760	740.390
2023	544.594	128.602	673.196	544.594	128.602	673.196
2024	495.583	94.848	590.431	495.583	94.848	590.431
2025	412.416	65.521	477.937	412.416	65.521	477.937
2026	315.450	42.333	357.783	317.031	42.333	359.364
2027 em diante	519.032	53.689	572.721	519.032	53.689	572.721
Total	3.427.950	751.756	4.179.706	3.430.925	751.756	4.182.681

(i) O valor presente dos arrendamentos a pagar foi calculado considerando a projeção dos pagamentos futuros fixos, descontados pela taxa de 6,69% a.a., a qual foi construída a partir da taxa básica de juros divulgada pelo Banco Central (Bacen).

Montante reconhecido no resultado

Reconhecimento no resultado	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Depreciações de direito de uso	611.903	530.984	613.434	533.806
Juros sobre passivos de arrendamento	227.781	215.722	228.019	216.100
Ajuste para baixa de arrendamento	(1.379)	(37)	(1.379)	(37)
Pagamentos variáveis não incluídos na mensuração do passivo de arrendamento	29.272	86.154	30.208	87.514
Receita sobre subarrendamentos de ativos de direito de uso	(2.904)	(2.896)	(2.904)	(3.002)
Despesas relativas a arrendamentos de curto prazo e/ou arrendamentos de itens de baixo valor	19.192	20.047	19.192	20.047

Montante reconhecido na Demonstração de Fluxo de Caixa

Demonstração de Fluxo de Caixa	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Valores que não afetam o caixa:	737.693	3.585.177	738.153	3.590.464
Reconhecimento de contratos de arrendamento	-	3.174.315	-	3.178.480
Novos contratos	392.946	355.054	393.677	357.247
Remensurações	388.418	61.361	388.147	60.290
Rescisões contratuais	(43.671)	(5.553)	(43.671)	(5.553)
Nas atividades operacionais:	227.781	215.722	228.019	216.100
Despesas de juros de arrendamento	227.781	215.722	228.019	216.100
Nas atividades de financiamento:	(761.850)	(758.749)	(763.482)	(778.108)
Pagamentos de passivo de arrendamento	(761.850)	(758.749)	(763.482)	(778.108)

(i) Pagamento de aluguéis variáveis baseados nas vendas

Alguns arrendamentos de imóveis operacionais contêm pagamentos variáveis de arrendamento baseados em um percentual de 2% a 12% das vendas realizadas no período no imóvel operacional arrendado. Essas condições de pagamento são comuns em lojas no país em que o Grupo opera. Os pagamentos de aluguel variável para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram de R\$ 4.518 (R\$ 9.212 –2019) para a Controladora e Consolidado.

(ii) Arrendamentos que se enquadram nas exceções e nos expedientes práticos

Os contratos de arrendamento identificados e que estão dentro do escopo de isenção estão representados substancialmente por contratos de impressora, empilhadeiras, balanças cardiotech, geradores de energia, alinhadores de elétrons e placas fotovoltaicas.

O Grupo também aluga equipamentos com contratos de até um ano. Esses arrendamentos são de curto prazo e/ou arrendamentos de itens de baixo valor. O Grupo optou por não reconhecer o direito de uso de ativos e os passivos de arrendamento desses itens.

Como arrendador

O Grupo subarrenda parte de alguns de seus imóveis a terceiros. O Grupo classificou esses arrendamentos como arrendamentos operacionais porque eles não transferem substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade de ativos.

A tabela abaixo apresenta uma análise de vencimento dos pagamentos de arrendamento, demonstrando os pagamentos de arrendamento não descontados a serem recebidos após a data da demonstração financeira:

Pagamentos de arrendamentos não descontados	Controladora/ Consolidado	
	2020	2019
Menor do que 1 ano	1.846	2.079
1 a 2 anos	1.675	1.637
2 a 3 anos	1.280	1.442
3 a 4 anos	1.025	1.105
4 a 5 anos	591	219
Maior que 5 anos	818	920
Total	7.235	7.402

16. Provisão para demandas judiciais e depósitos judiciais

A Companhia e sua controlada, no curso normal de suas atividades, estão sujeitas a processos judiciais de naturezas tributárias, cíveis e trabalhistas. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão. No caso das contingências trabalhistas, a evolução dos processos e o histórico de perdas são fatores determinantes para refletir a melhor estimativa.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o Grupo apresentava as seguintes provisões e correspondentes depósitos judiciais relacionados às demandas judiciais:

Itens de demandas judiciais	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Trabalhistas e previdenciárias	95.942	94.101	95.942	94.101
Tributárias	16.996	15.380	17.185	15.380
Cíveis	1.713	1.818	1.713	1.818
Subtotal	114.651	111.299	114.840	111.299
(-) Depósitos judiciais correspondentes	(11.183)	(18.177)	(11.183)	(18.177)
Total	103.468	93.122	103.657	93.122
Passivo circulante	32.646	26.008	32.835	26.008
Passivo não circulante	70.822	67.114	70.822	67.114

A movimentação da provisão está demonstrada, conforme segue:

Movimentações da provisão	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Saldo inicial em 1º de janeiro	111.299	74.488	111.299	74.488
Adições de novos processos e revisão de estimativa	55.739	83.880	55.928	83.880
Baixas por pagamento	(81.844)	(58.267)	(81.844)	(58.267)
Reversões por mudanças em processos	(7.225)	(14.262)	(7.225)	(14.262)
Reavaliação de valores	22.392	18.527	22.392	18.527
Atualizações monetárias	14.290	6.933	14.290	6.933
Saldo em 31 de dezembro	114.651	111.299	114.840	111.299

A provisão para demandas judiciais levou em consideração a melhor estimativa de valores, para os casos em que são prováveis as expectativas de perdas, estando parcela de alguns dos pleitos garantida por bens dados em penhora Nota 25.

Perdas possíveis

O Grupo, em 31 de dezembro de 2020 e 2019, possui ações de natureza tributária e cível, relacionadas a multas administrativas, diferença de alíquota em transferências interestaduais e execuções fiscais e de natureza cível por conta de ações de indenização por danos materiais e morais decorrentes das relações de consumo, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração e seus consultores jurídicos como possíveis no montante de R\$ 51.192 (R\$ 33.138 – 2019) para a Controladora e para o Consolidado, sendo que R\$ 4.111 (R\$ 551 – 2019) corresponde à área cível e R\$ 47.081 (R\$ 32.587 – 2019) à área tributária.

Depósitos judiciais

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o Grupo apresentava os seguintes valores de depósitos judiciais para os quais não existiam provisões correspondentes:

Composição de depósitos judiciais	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Trabalhistas e previdenciárias	15.285	14.353	15.285	14.353
Tributárias	10.464	12.572	10.464	12.572
Cíveis	3.338	3.076	3.338	3.076
(-) Depósitos judiciais correspondentes	(3.334)	-	(3.334)	-
Total	25.753	30.001	25.753	30.001

Contingências trabalhistas

As ações judiciais de natureza trabalhista, referem-se, de maneira geral, a processos de ex-funcionários questionando o recebimento de horas extras e adicional de insalubridade. O Grupo possui ainda ações oriundas da Raia S.A., assim como da Drogaria Onofre Ltda., movidas por ex-funcionários de empresas prestadoras de serviços terceirizados, reivindicando vínculo empregatício diretamente com o Grupo ou a condenação subsidiária dessa no pagamento dos direitos trabalhistas reclamados. Existem ainda, ações movidas por sindicatos de classe reivindicando contribuições sindicais em razão da discussão da legitimidade da base territorial.

Contingências tributárias

Representadas por multas administrativas, diferença de alíquota em transferências interestaduais e execuções fiscais.

Contingências cíveis

O Grupo figura como réu em ações que discutem questões usuais e peculiares decorrentes da atividade que pratica, sendo na sua grande maioria ações de indenização por danos materiais e morais decorrentes das relações de consumo.

17. Ativo/passivo de arbitragem

A Companhia reconhece no passivo não circulante obrigações provenientes do contrato de aquisição da Drogaria Onofre Ltda.. Essas obrigações são de responsabilidade do Vendedor com antigos sócios da Onofre e sua liquidação depende de uma decisão arbitral. No contrato de aquisição, em 1º de julho de 2019, foi acordado que as aplicações financeiras e a carta fiança (ativo indenizatório) nos montantes de R\$ 197.061 e R\$ 127.037, respectivamente, permanecerão vinculadas ao passivo de arbitragem como garantia de liquidação. Dessa forma, a Raia Drogasil não será prejudicada ou beneficiada por essa operação desde a data da compra até a data da sua completa liquidação. Esses valores de garantia estão reconhecidos no ativo restrito de arbitragem no grupo de ativo não circulante.

Abaixo está sendo apresentada a posição atualizada de ativo/passivo de arbitragem:

Itens de ativo/passivo de arbitragem	Controladora/ Consolidado	
	2020	2019
Ativo restrito de arbitragem	341.906	332.927
Aplicação financeira	207.721	202.357
Carta fiança/ativo indenizatório	134.185	130.571
Passivo restrito de arbitragem	(341.843)	(332.900)
Obrigações com antigos sócios	(342.727)	(333.294)
Exclusão de efeitos da operação	884	394
Total	63	27

A posição líquida de ativo/passivo de arbitragem de R\$ 63 (R\$ 27 – 2019) representa a garantia de liquidação excedente para cumprir com a obrigação existente.

18. Imposto de renda e contribuição social

(a) Imposto de renda e contribuição social efetivos

O imposto de renda e a contribuição social efetivos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, referem-se:

Itens de IR/CS efetivos	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	621.060	793.095	616.368	784.168
Juros sobre o capital próprio e adicional proposto	(193.000)	(211.501)	(193.000)	(211.501)
Lucro tributável	428.060	581.594	423.368	572.667
Alíquota composta (imposto de renda - 25% e contribuição social - 9%)	34	34	34	34
Despesa teórica	(145.540)	(197.742)	(143.945)	(194.707)
Adições permanentes	(29.430)	(10.771)	(29.630)	(13.379)
Equivalência patrimonial	1.933	(4.908)	(2.674)	-
Redução do imposto por incentivos (P.A.T.)	3.714	2.144	3.714	2.144
Subvenção para investimentos ⁽ⁱ⁾	23.681	32.502	42.674	27.720
Ganho por compra vantajosa	-	113.083	-	113.083
Provisões não dedutíveis temporariamente	-	43.737	-	60.143
Inovação Tecnológica	2.561	-	2.561	-
Outros (reserva de reavaliação + limite de isenção adicional de IR)	165	(90)	165	(9.106)
Incentivos fiscais – doações	6.300	1.190	6.300	1.190
Resultado do imposto de renda e contribuição social corrente	(206.565)	(117.057)	(206.565)	(109.113)
Resultado do imposto de renda e contribuição social diferidos	69.949	96.202	85.730	113.680
Despesa efetiva de imposto de renda e contribuição social	(136.616)	(20.855)	(120.835)	4.567
Alíquota efetiva	22,00%	2,63%	19,60%	(0,58%)

(i) A partir do 3º trimestre de 2018, o Grupo passou a tratar como não tributável para fins de imposto de renda, os ganhos auferidos com os benefícios fiscais de ICMS nos estados da Bahia, Goiás e Pernambuco, normatizados pela Lei complementar nº 160/17, convênio ICMS Confaz 190/17 e alteração da Lei nº 12.973/2014. O valor registrado no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 correspondeu a R\$ 69.650 (R\$ 95.594 – 2019).

(b) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos no montante de R\$ 315.938 (R\$ 265.670 – 2019) para a Controladora e R\$ 352.198 (R\$ 286.630 – 2019) no Consolidado, são decorrentes de despesas não dedutíveis temporariamente para as quais não há prazo para prescrição, com realização prevista, conforme divulgado abaixo no item (c).

O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos no montante de R\$ 388.710 (R\$ 408.480 – 2019) para a Controladora e R\$ 390.366 (R\$ 410.616 – 2019) no Consolidado, estão representados pelos encargos tributários incidentes sobre os saldos remanescentes: (i) da reserva de reavaliação; (ii) do PPA mais valia Raia; e (iii) do ganho por compra vantajosa.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, referem-se a:

	Balanco Patrimonial				Resultado			
	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Diferenças temporárias								
Reavaliações a valor justo de terrenos e edificações	(6.798)	(6.886)	(6.798)	(6.886)	-	-	-	-
Amortização do ágio sobre a rentabilidade futura	(245.025)	(241.934)	(245.025)	(241.934)	508	(2.061)	508	(2.061)
Intangíveis não dedutíveis – incorporação da Raia	(53.959)	(54.115)	(53.959)	(54.115)	(156)	(842)	(156)	(842)
Intangíveis não dedutíveis – aquisição da 4Bio	-	-	(1.657)	(2.136)	-	-	(480)	(536)
Ganho por compra vantajosa – aquisição Onofre	(82.928)	(105.545)	(82.928)	(105.545)	(22.617)	105.545	(22.617)	105.545
Prejuízo fiscal a compensar com lucros tributáveis futuros	-	-	34.615	19.607	-	-	(15.012)	(16.444)
Ajuste a Valor Presente – AVP	(384)	(494)	(317)	(380)	(110)	494	(63)	(540)
Ajuste a Valor Justo – AVJ	5.514	4.040	5.514	4.040	(1.474)	(1.949)	(1.474)	(1.949)
Provisão - perdas esperadas no estoque	9.587	4.459	9.587	4.459	(5.127)	9.101	(5.127)	9.101
Provisão - obrigações diversas	76.995	14.200	77.012	14.217	15.214	(3.487)	15.214	(3.442)
Provisão - programa de participação de resultados	62.481	18.324	62.871	18.785	(1.571)	(4.070)	(1.500)	(4.055)
Provisão - demandas judiciais	56.684	34.747	56.684	34.747	(1.100)	(9.421)	(1.100)	(9.421)
Perda de crédito esperadas	1.079	1.014	2.227	1.755	(65)	(132)	(472)	(716)
Arrendamento (depreciação x contraprestação)	87.124	38.536	87.148	38.556	(48.588)	(38.536)	(48.588)	(38.556)
Constituição de tributos diferidos – Lalur parte B Onofre ⁽ⁱ⁾	-	141.213	-	141.213	-	(141.213)	-	(141.213)
Outros ajustes	16.858	9.631	16.858	9.631	(4.863)	(9.631)	(4.863)	(9.631)
Despesa (receita) de imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	-	-	(69.949)	(96.202)	(85.730)	(113.680)
Passivo fiscal diferido, líquido	(72.772)	(142.810)	(38.168)	(123.986)				
Refletido no balanço patrimonial da seguinte maneira:								
Ativo fiscal diferido	315.938	265.670	315.938	286.630				
Passivo fiscal diferido	(388.710)	(408.480)	(390.366)	(410.616)				
Passivo fiscal diferido, líquido	(72.772)	(142.810)	(74.428)	(123.986)				
Ativo fiscal diferido – Controlada	-	-	36.261	-				
Reconciliação do ativo (passivo) fiscal diferido, líquido								
Saldo no início do exercício	(142.810)	(239.102)	(123.987)	(237.756)				
Despesa reconhecida no resultado	69.949	96.202	85.730	113.680				
Realização de imposto diferido reconhecida no patrimônio líquido	89	90	89	90				
Saldo no final do exercício	(72.772)	(142.810)	(38.168)	(123.986)				

(i) Em 2019, em razão da incorporação dos saldos de ajustes temporários registrados na Parte B do Livro de Apuração do Lucro Real (Lalur) da Onofre, foi registrado IRPJ/CSLL diferido ativo, líquido.

Isso ocorreu uma vez que a empresa incorporada não apresentava registrado imposto de renda diferido oriundo de lucros tributáveis futuros. Em 2020 os saldos contábeis foram incorporados aos saldos de provisões da RD, que estão demonstrados conforme divulgação do item (c), abaixo.

(c) Estimativa de recuperação dos créditos de imposto de renda e contribuição social

As projeções sobre os lucros tributáveis futuros consideram estimativas que estão relacionadas, entre outros, com a performance do Grupo, assim como o comportamento do seu mercado de atuação e determinados aspectos econômicos. Os resultados reais podem diferir das estimativas adotadas. De acordo com essas projeções, o crédito tributário será recuperado de acordo com o seguinte cronograma:

	Controladora	Consolidado
Previsão de recuperação	2020	2020
2021	111.563	113.207
2022	56.630	56.630
2023	33.761	44.146
2024	17.081	27.466
2025 em diante	96.903	110.749
Total	315.938	352.198

(d) Incerteza sobre tratamento de IRPJ e CSLL

A Companhia possui 4 discussões em fase administrativa com a Receita Federal, relacionadas a glosa de amortização fiscal do ágio decorrentes de aquisições de empresas no valor de R\$ 37.347, cuja análise atual de prognóstico, com base em avaliação interna e externa dos assessores jurídicos, é de que elas serão provavelmente aceitas em decisões de tribunais superiores de última instância (probabilidade de aceite maior que 50%), por esse motivo, não registrou qualquer passivo de IRPJ/CSLL em relação a essas ações.

19. Resultado por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias durante o exercício. O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas.

O lucro básico e diluído do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 está com o efeito do desdobramento das ações, aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, no dia 15 de setembro de 2020, na proporção de cinco ações ordinárias para cada ação da mesma espécie. Dessa forma, a quantidade de ações do lucro básico deixou de ser 329.409 e passou a ser 1.647.045 e o lucro diluído deixou de ser 330.290 e passou a ser 1.651.450.

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico e diluído por ação:

Itens de resultado por ação	Controladora/ Consolidado	
	2020	2019
Básico		
Lucro líquido do exercício	484.444	772.240
Média ponderada do número de ações ordinárias	1.649.216	1.647.045
Lucro por ação em R\$ - básico	0,29374	0,46886
Diluído		
Lucro líquido do exercício	484.444	772.240
Média ponderada do número de ações ordinárias ajustada pelo efeito da diluição	1.653.424	1.651.450
Lucro por ação em R\$ - diluído	0,29299	0,46761

20. Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2020, o capital social, totalmente integralizado no valor de R\$ 2.500.000 (R\$ 2.500.000 – 2019), representado por 1.651.930.000 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, das quais a quantidade de ações em circulação era de 1.072.442.905 ações ordinárias (1.070.183.270 ações ordinárias - 2019, após ajustado o efeito do desdobramento das ações).

O Estatuto Social da Companhia autoriza, mediante deliberação do Conselho de Administração, o aumento do capital social até o limite de 2.000.000.000 ações ordinárias.

A Companhia aprovou em Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 15 de setembro de 2020, o desdobramento de suas ações, na proporção de cinco ações ordinárias para cada ação da mesma espécie existente no dia 18 de setembro de 2020, sem modificação do valor de seu capital social. Dessa forma, a quantidade de ações deixou de ser 330.386.000 e passou a ser 1.651.930.000, todas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Em 31 de dezembro de 2020, já considerando o desdobramento das ações, a composição acionária da Companhia está assim apresentada:

Composição acionária	Quantidade de ações		Participação %	
	2020	2019	2020	2019
Acionistas controladores	577.007.615	578.099.560	34,93	35,00
Ações em circulação	1.072.442.905	1.070.183.270	64,92	64,78
Ações em tesouraria	2.479.480	3.647.170	0,15	0,22
Total	1.651.930.000	1.651.930.000	100,00	100,00

Os acionistas controladores estão representadas pelas famílias Pipponzi, Pires Oliveira Dias, Galvão e pela Holding Pragma.

A movimentação no número de ações em circulação da Companhia está demonstrada a seguir:

Movimentação	Ações em circulação
Posição em 31 de dezembro de 2019	214.036.654
Desdobramento das ações	856.146.616
(Compra)/Venda de ações vinculadas, líquida	2.259.635
Posição em 31 de dezembro de 2020	1.072.442.905

Em 31 de dezembro de 2020, as ações ordinárias da Companhia estavam cotadas em R\$ 25,04 fechamento do dia (R\$ 22,33 - 2019).

(b) Reserva para incentivos fiscais

Tratam-se dos benefícios fiscais de ICMS obtidos nos estados da Bahia, Goiás e Pernambuco, normatizados pela Lei Complementar nº 160/17, convênio ICMS Confaz 190/17 e alteração da Lei nº 12.973/2014. Constituída de acordo com o estabelecido no artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações (emendado pela Lei nº 11.638, de 2007), essa reserva recebe a parcela de subvenção governamental reconhecidos no resultado do exercício, em conta redutora de impostos sobre a venda, e a ela destinados a partir da conta de lucros acumulados, consequentemente, não entram na base de cálculo do dividendo mínimo obrigatório.

(c) Ações em tesouraria

Em 6 de agosto de 2019, o Conselho de Administração autorizou, por um período de 365 dias, a compra de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal da Companhia para permanência em tesouraria para posterior alienação, porém não houve a compra. Segue a movimentação das ações em tesouraria do exercício findo em 31 de dezembro de 2020:

Movimentação de ações em tesouraria	Controladora	
	Quantidade (em ações)	Valor das ações
Posição em 31 de dezembro de 2019	729.434	38.141
Ações entregues aos executivos relativo a 3ª <i>tranche</i> da outorga de 2016 e 2ª <i>tranche</i> da outorga de 2017 e 1ª <i>tranche</i> da outorga de 2018	(219.992)	(11.141)
Ações entregue aos executivos relativo a 1ª parcela de 2018, 2ª parcela de 2017 e a 3ª parcela de 2016 da 4Bio	(853)	(45)
Ações entregues aos executivos devido a saídas relativa às outorgas de 2017, 2018, 2019 e 2020	(63.465)	(673)
Desdobramento de ações	2.034.356	-
Posição em 31 de dezembro de 2020	2.479.480	26.282

Em 31 de dezembro de 2020, o valor de mercado das ações em tesouraria, tendo como referência a cotação de R\$ 25,04 (R\$ 22,33 – 2019), corresponde a R\$ 62.086 (R\$ 81.441 – 2019).

(d) Plano de ações restritas

Plano de Incentivo de Longo Prazo - ILP

Desde março de 2014, a Companhia oferece aos seus executivos o Programa de Incentivo de Longo Prazo com Ações Restritas ("Plano de ações restritas"), que tem por objetivo ofertar uma oportunidade de receber uma remuneração variável desde que o executivo permaneça por período mais longo de tempo na Companhia.

O número máximo de ações que poderão ser entregues em decorrência do exercício do Plano está limitado a 3% do Capital Social da Companhia durante todo prazo de vigência do Plano. O preço de referência por ação restrita, para fins de determinação da quantidade alvo que será outorgada para cada Beneficiário será equivalente à média da cotação da ação na B3 (ponderada pelo volume de negociações) nos últimos trinta pregões que antecederem a outorga.

Conforme estabelece o Plano de ações restritas, uma parcela de sua remuneração anual variável (participação nos resultados), será paga ao profissional em dinheiro e o saldo remanescente será obrigatoriamente pago em ações da Companhia ("ações de incentivo").

Caso o profissional decida utilizar uma parcela ou o valor total da remuneração variável recebida em dinheiro para comprar ações da Companhia ("ações próprias") em Bolsa de Valores, a Companhia oferecerá ao profissional, igual quantidade de ações adquiridas em Bolsa.

Ainda e, de forma discricionária, a Companhia poderá conceder a esse profissional, mais ações da Companhia tendo como referência a quantidade de ações próprias adquiridas pelo profissional em Bolsa de Valores.

As ações ofertadas ao profissional por meio do Plano de ações restritas, não poderão ser alienadas, cedidas, transferidas a terceiros pelo prazo de quatro anos a partir da data da outorga. A partir do segundo, terceiro e quarto anos após a data da outorga, os executivos terão direito a receber um terço das suas ações restritas, em cada um desses exercícios. A parcela não exercida nos prazos e condições estipuladas será considerada automaticamente extinta sete anos à partir da respectiva outorga.

Performance shares

Em reunião do Conselho de Administração em 22 de outubro de 2020 foi aprovada a outorga de ações restritas nos termos do Plano de Outorga de Ações Restritas – *Performance Shares* ("Plano"), aprovado na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 15 de setembro de 2020.

O Plano tem por objetivo: (a) estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia e das sociedades sob o seu controle; (b) alinhar os interesses dos Beneficiários com os interesses dos acionistas; e (c) estimular a permanência dos Beneficiários na Companhia ou nas sociedades sob o seu controle. O Plano será administrado pelo Conselho de Administração, podendo contar com um comitê consultivo criado ou indicado pelo Conselho de Administração para assessorá-lo nesse sentido. Os beneficiários serão escolhidos e eleitos pelo Conselho de Administração a cada nova outorga.

O número máximo de ações que poderão ser entregues em decorrência do exercício do Plano está limitado a 2% do Capital Social da Companhia na data da aprovação do Plano. O preço de referência por ação restrita, para fins de determinação da quantidade alvo que será outorgada para cada Beneficiário será equivalente à média da cotação da ação na B3 (ponderada pelo volume de negociações) nos noventa pregões anteriores a 1º de janeiro do ano em que ocorrer a outorga.

A transferência definitiva das Ações Restritas estará condicionada ao cumprimento de período de carência de quatro anos contado da data da outorga e, ao final do período de carência, o participante deverá estar vinculado à Companhia para que as outorgas não sejam canceladas. As Ações Restritas que ainda não tenham cumprido o período de carência se tornarão devidas e serão transferidas aos titulares, seu espólio ou herdeiros em caso de falecimento, invalidez permanente ou aposentadoria. O Plano prevê que a liquidação deverá ocorrer mediante a transferência de ações, entretanto na hipótese da Companhia não dispor de ações em tesouraria no momento da liquidação e/ou na impossibilidade de adquirir ações no mercado, o Conselho de Administração pode optar por liquidar a entrega das Ações Restritas em dinheiro.

Movimentação das ações restritas

A movimentação das ações restritas está demonstrada a seguir:

Movimentação das ações restritas	2020		2019	
	Ações	Valor	Ações	Valor
Saldo inicial	397.329	21.977	500.778	23.940
Apropriação de ações no exercício	1.148.375	18.217	213.689	13.367
Entrega de ações no exercício	(284.310)	(12.988)	(317.138)	(15.330)
Saldo final	1.261.394	27.206	397.329	21.977

Posição do plano de ações restritas

Apresentamos abaixo o detalhamento das premissas que regem cada plano de outorga:

Outorgas	Data de outorga	Quantidade de ações outorgadas⁽ⁱ⁾	Data em que se tornarão exercíveis	Prazo de restrição à transf. das ações	Valor justo das ações na data de outorga⁽ⁱ⁾
Plano de Incentivo de Longo Prazo – ILP					
2017 - 3ª Tranche	01/03/2017	488.585	28/02/2021	28/02/2021	R\$ 11,62
2018 - 2ª Tranche	01/03/2018	154.620	28/02/2021	28/02/2021	R\$ 15,84
2018 - 3ª Tranche	01/03/2018	154.620	28/02/2022	28/02/2022	R\$ 15,84
2019 - 1ª Tranche	01/03/2019	334.855	28/02/2021	28/02/2021	R\$ 12,77
2019 - 2ª Tranche	01/03/2019	334.855	28/02/2022	28/02/2022	R\$ 12,77
2019 - 3ª Tranche	01/03/2019	334.695	28/02/2023	28/02/2023	R\$ 12,77
2020 - 1ª Tranche	01/03/2020	352.982	28/02/2022	28/02/2022	R\$ 24,89
2020 - 2ª Tranche	01/03/2020	352.982	28/02/2023	28/02/2023	R\$ 24,89
2020 - 3ª Tranche	01/03/2020	352.977	28/02/2024	28/02/2024	R\$ 24,89
Performance share					
2020 - 1ª Tranche	01/01/2020	175.211	31/12/2023	31/12/2023	R\$13,19
2020 - 2ª Tranche	01/01/2020	175.211	31/12/2024	31/12/2024	R\$13,19

(i) Após a aplicação do efeito de desdobramento das ações, aprovada em AGE realizada em 15 de setembro de 2020.

(e) Remuneração aos acionistas

Em conformidade com o Estatuto Social da Companhia, é garantido aos acionistas dividendo mínimo de 25% do lucro líquido anual ajustado. O cálculo do dividendo proposto, incluindo a parcela atribuída como juros sobre o capital próprio, está demonstrado a seguir:

	Controladora	
	2020	2019
Movimentação de remuneração aos acionistas		
Lucro líquido do exercício	484.444	772.240
Reserva legal	(24.222)	(38.612)
Realização da reserva de reavaliação no exercício	172	174
Reserva de subvenção para investimento (Nota 20b)	(69.650)	(95.593)
Base de cálculo do dividendo (a)	390.744	638.209
Dividendo mínimo obrigatório, conforme previsão estatutária (25%)	97.686	159.552
Dividendo adicional proposto	-	20.171
Juros sobre o capital próprio e adicional proposto	193.000	211.501
Imposto de renda retido na fonte sobre juros sobre o capital próprio	(25.836)	(30.477)
Remuneração líquida de imposto de renda retido na fonte (b)	167.164	201.195
% distribuído sobre a base de cálculo do dividendo (b ÷ a)	42,78	31,52
Valor excedente ao dividendo mínimo obrigatório	69.478	41.643

A Administração da Companhia destinou o montante de R\$ 69.650 do seu resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 para Reservas de lucro - incentivos fiscais, descritas na política contábil Nota 4q.

Foram apropriados juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 193.000 (R\$ 211.501 – 2019), obedecida a limitação da variação da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP nos exercícios de 2020 e 2019, e de acordo com os limites de dedutibilidade da despesa para fins de cálculo do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido nos termos da Lei nº 9.249/95.

Em 31 de dezembro de 2020 o valor de R\$ 69.478 (R\$ 41.643 – 2019), excedente ao dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto Social da Companhia, foi registrado no patrimônio líquido como dividendo adicional proposto.

A movimentação das obrigações com dividendo e juros sobre capital próprio está demonstrada a seguir:

	Controladora	
	2020	2019
Movimentação das obrigações com dividendo e juros sobre capital próprio		
Saldo inicial	68.255	24.843
Adições	139.329	230.542
Pagamentos	(190.518)	(186.602)
Baixas	(574)	(528)
Saldo final	16.492	68.255

21. Receita líquida de vendas

Itens de receita líquida	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Receita de vendas de mercadorias	20.021.888	17.482.060	21.137.270	18.453.276
Receita de serviços prestados	42.966	14.532	43.206	14.907
Total de receita bruta de vendas	20.064.854	17.496.592	21.180.476	18.468.183
Impostos incidentes sobre vendas	(846.992)	(664.698)	(940.608)	(747.690)
Devoluções, abatimentos e outros	(149.161)	(134.257)	(173.028)	(154.893)
Receita líquida de vendas	19.068.701	16.697.637	20.066.840	17.565.600

Impostos incidentes sobre vendas consistem principalmente de ICMS com alíquotas entre 17% e 18% preponderantemente, para as mercadorias não sujeitas ao regime de substituição tributária, ISS com alíquota de 5% e contribuições relacionadas ao Pis (1,65%), Cofins (7,60%) para mercadorias não sujeitas ao regime monofásico de tributação (Lei nº 10.147/00).

22. Informações sobre a natureza das despesas reconhecidas na demonstração do resultado

O Grupo apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseada na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

Natureza das despesas	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Despesas com pessoal	(2.358.656)	(2.126.272)	(2.396.582)	(2.167.200)
Despesas com ocupação ⁽ⁱ⁾	(277.696)	(270.287)	(279.382)	(272.414)
Depreciação e amortização ⁽ⁱⁱⁱ⁾	(1.144.069)	(1.004.597)	(1.148.827)	(1.012.403)
Descontos sobre locação de imóveis ⁽ⁱⁱⁱ⁾	13.804	-	13.804	-
Despesas com prestadores de serviços ^(iv)	(289.577)	(202.228)	(292.285)	(205.892)
Despesas com taxas de operadoras de cartões	(247.182)	(210.086)	(249.136)	(212.629)
Outras ^(v)	(560.150)	(390.012)	(583.334)	(417.625)
Total	(4.863.526)	(4.203.482)	(4.935.742)	(4.288.163)

Classificado na demonstração do resultado como:

Função das despesas	2020	2019	2020	2019
Com vendas	(4.202.358)	(3.693.581)	(4.256.422)	(3.754.770)
Gerais e administrativas	(661.168)	(509.901)	(679.320)	(533.393)
Total	(4.863.526)	(4.203.482)	(4.935.742)	(4.288.163)

(i) Referem-se a gastos com locação de imóveis, condomínios, energia, água, comunicação e IPTU.

(ii) As depreciações e amortizações em 2020 totalizaram um montante de R\$ 1.144.069 (R\$ 1.004.597 – 2019) para a Controladora, sendo que R\$ 1.051.146 (R\$ 934.713 – 2019) corresponde a área de Vendas e o montante de R\$ 92.923 (R\$ 69.884 – 2019) a área Administrativa e R\$ 1.148.827 (R\$ 1.012.401 – 2019) para o Consolidado, o montante R\$ 1.052.368 (R\$ 938.090 – 2019) corresponde à área de Vendas e o montante de R\$ 96.459 (R\$ 74.311 - 2019) corresponde à área Administrativa. Esses montantes estão líquidos de crédito de PIS e COFINS sobre o direito de uso de arrendamento que proporcionou uma redução de despesa no montante de R\$ 28.455 (R\$ 28.630 – 2019).

(iii) Devido à pandemia da Covid-19, a Companhia obteve descontos sobre os pagamentos relacionados às despesas com locação de alguns imóveis. Não ocorreram quaisquer tipos de alterações na vigência desses contratos, dessa forma não houve a necessidade de fazer a remensuração contratos de arrendamento.

(iv) Referem-se, principalmente, a gastos com serviço de transportes, além de materiais, outras despesas administrativas, manutenção de bens, propaganda e publicidade. Além disso, houve a incorporação da Onofre, abertura de novas lojas e gastos com propaganda e publicidade das ações da Companhia referente a pandemia da Covid-19.

(v) Devido à pandemia da Covid-19 a Companhia aumentou as contratações de prestadores de serviços para intensificar os serviços de limpeza das lojas, atender a maior demanda com os serviços de entregas de mercadorias, e contratações de temporários para atuarem nas lojas e centrais de distribuição.

23. Outras receitas/(despesas) operacionais

As outras receitas/(despesas) operacionais totalizaram em 2020 um montante de R\$ (31.539) (R\$ 208.271 – 2019) para o Consolidado. Esses montantes são compostos por despesas e receitas não recorrentes, estão demonstrados a seguir:

Natureza das receitas /(despesas)	Consolidado	
	2020	2019
Apropriação de crédito de INSS de 2012 a 2015 ⁽ⁱ⁾	31.059	4.625
Créditos de anos anteriores, sobretudo de Pis e Cofins	5.417	8.193
Gratificação principal	1.788	-
Reversão de provisões de encerramento de contratos Onofre	1.092	-
Reestruturação hierárquica	732	(16.145)
Alienação por venda de ativos imobilizado	231	-
Ganho por compra vantajosa Onofre	-	355.263
Despesas adicionais devido ao encerramento do CD Barra Mansa	-	(12.767)
Integração da Onofre	-	(95.001)
Perdas com a Farmácia Popular	(558)	-
Reavaliações - depósitos judiciais	(2.000)	-
Despesas e receitas adicionais devido ao encerramento do CD Butantã	(2.026)	-
Baixa de imobilizado e intangível devido ao encerramento de lojas	(3.750)	(16.922)
Perdas de cartões de crédito, exercícios anteriores	(4.347)	-
Provisão para perdas de estoque de exercícios passados	(11.422)	-
Gastos com consultoria e assessoria	(20.437)	(15.320)
Doações ⁽ⁱⁱ⁾	(29.282)	-
Outros diversos	1.964	(3.655)
Total	(31.539)	208.271

(i) Foi realizado uma revisão dos recolhimentos efetuados nos últimos 5 anos de Contribuição Previdenciária sobre a folha de salários e constatou-se o recolhimento indevido sobre verbas descontadas da folha de salários enquadradas como hipótese de não incidência ou isenção Nota 9.

(ii) Conforme Comunicado ao Mercado no dia 15 de maio de 2020, a Companhia doou a quantia de R\$ 25.000 para auxílio no combate a pandemia Covid-19, como parte do fundo "Todo Cuidado Conta". Esses recursos foram aportados no veículo "Fundo Emergencial para Saúde – Coronavírus Brasil", que é gerido pela Sitawi Finanças do Bem (CNPJ/MF nº 09.607.915/0001-34), organização da sociedade civil de interesse público, sem fins lucrativos, que deverá repassá-los e prestar contas da sua utilização em conjunto com a Companhia.

24. Receitas e despesas financeiras

(a) Receitas financeiras

Itens de receitas financeiras	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Descontos obtidos	8.493	3.354	8.563	3.426
Rendimentos de aplicações financeiras	6.136	6.695	6.136	7.070
Juros sobre mútuo	1.704	2.746	-	-
Variações monetárias	1.141	5.964	1.356	6.222
Outras receitas financeiras	-	1	190	335
Impostos incidentes (Pis/Cofins)	(813)	(780)	(813)	(798)
Ajuste a Valor Presente (AVP)	34.484	53.319	38.750	60.690
Total das receitas financeiras	51.145	71.299	54.182	76.945

(b) Despesas financeiras

Itens de despesas financeiras	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Juros sobre arrendamento	(227.782)	(215.722)	(228.020)	(216.100)
Ajuste a Valor Presente (AVP)	(59.806)	(111.386)	(63.319)	(117.392)
Encargos sobre debêntures e notas promissórias	(38.494)	(54.191)	(38.494)	(54.191)
Encargos sobre empréstimos e financiamentos	(20.496)	(11.434)	(20.496)	(11.434)
Juros sobre obrigação com acionista de controlada	(4.336)	(5.733)	(4.336)	(5.733)
Amortização de custos de transação	(3.937)	(1.722)	(3.937)	(1.722)
Juros, encargos e taxas bancárias	(1.487)	(890)	(1.729)	(2.665)
Descontos concedidos a clientes	-	(25)	(444)	(42)
Variações monetárias	8.292	(1.474)	6.977	(1.967)
Total das despesas financeiras	(348.046)	(402.577)	(353.798)	(411.246)
Resultado financeiro	(296.901)	(331.278)	(299.616)	(334.301)

25. Garantias processuais

Foram oferecidos em garantia de processos tributários, previdenciários e trabalhistas os seguintes ativos imobilizados:

Itens de garantias processuais	Controladora/ Consolidado	
	2020	2019
Móveis e instalações	14	18
Máquinas e equipamentos	85	85
Total de garantias processuais	99	103

26. Instrumentos financeiros e política para gestão de riscos

Instrumentos financeiros por categoria

Itens de instrumentos financeiros	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Ativos				
<u>Ao custo amortizado</u>				
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	855.257	294.863	880.357	299.226
Clientes (Nota 7)	1.373.801	1.049.906	1.555.434	1.189.019
Outras contas e créditos a receber	322.448	298.372	270.475	245.428
Depósitos judiciais (Nota 16)	25.753	30.001	25.753	30.001
Ativo restrito de arbitragem (Nota 17)	341.906	332.927	341.906	332.927
Total dos ativos	2.919.165	2.006.069	3.073.925	2.096.601
Passivos				
<u>Passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado</u>				
Obrigação com acionista de controlada (Nota 10)	46.448	42.113	46.448	42.113
Subtotal	46.448	42.113	46.448	42.113
Outros passivos				
Fornecedores	2.943.379	2.532.293	3.106.938	2.653.236
Empréstimos e financiamentos (Nota 14)	1.620.001	1.126.476	1.653.454	1.126.476
Outras contas a pagar e obrigações	170.622	144.721	175.873	147.771
Arrendamento a pagar	3.427.950	3.180.655	3.430.925	3.184.633
Passivo de arbitragem (Nota 17)	341.843	332.900	341.843	332.900
Subtotal	8.503.795	7.317.045	8.709.033	7.445.016
Total dos passivos	8.550.243	7.359.158	8.755.481	7.487.129

Gestão de risco financeiro

A Companhia aplicou o requerido pelo CPC 40 (R1) e, também considerou a orientação do Ofício CVM SNC/SEP nº 01/2021 observando aspectos qualitativos e quantitativos de gerenciamento de riscos concluiu que não há impactos relevantes que necessitem informações adicionais para divulgações nas demonstrações financeiras.

As atividades do Grupo o expõem a diversos riscos financeiros, tais como risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco do Grupo concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e operacionais e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro do Grupo.

O Conselho de Administração estabelece princípios para a gestão de risco, bem como para áreas específicas, como risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros não derivativos e investimento de excedentes de caixa.

(a) Risco de mercado

Risco cambial

Todas as operações ativas e passivas do Grupo são realizadas em Reais (R\$), não existindo risco decorrente de variações cambiais.

Risco de taxa de juros

A maioria das operações junto ao BNDES é contratada com base na TJLP + juros e na taxa Selic. Os demais empréstimos e financiamentos da Companhia estão atrelados ao CDI + spread bancário. As aplicações financeiras são contratadas com base na variação do CDI, o que não acarreta grandes riscos em relação à taxa de juros, pois suas variações não são relevantes. A Administração entende que o risco de mudanças significativas no resultado e nos fluxos de caixa é baixo.

(b) Risco de crédito

Os riscos de crédito estão relacionados aos nossos ativos financeiros, que são principalmente o caixa e equivalentes de caixa, as aplicações financeiras e as contas de clientes.

O caixa e equivalentes de caixa e as aplicações financeiras são movimentados somente com instituições financeiras de reconhecida solidez.

A classificação dos ratings dos equivalentes de caixa estão de acordo com as principais agências de classificação de risco, conforme quadro abaixo:

Classificação de ratings	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Rating – Escala nacional				
brAAA	468.469	127.810	490.077	130.655
brAA+	249.124	16.454	249.163	16.578
brA	15.497	401	15.497	401
(*) n/a – Caixa e aplicações automáticas	122.167	45.766	123.446	47.156
(*) n/a – Fundos de investimento	-	-	2.174	-
Total – Escala nacional	855.257	190.431	880.357	194.790

(*) Não aplicável, pois não consta classificação de risco para caixa, aplicações automáticas e fundos de investimentos.

A concessão de crédito nas vendas de mercadorias segue uma política que visa minimizar a inadimplência. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, as vendas com recebimento a prazo representaram 54% (53% – 2019) na Controladora e 56% (55% – 2019) para o Consolidado, sendo que desse total 94% (93% – 2019) na Controladora e 86% (86% – 2019) no Consolidado são relativos às vendas com cartão de crédito que, com base no histórico de perdas, são de baixíssimo risco. Os outros 6% (7% – 2019) na Controladora e 14% (14% – 2019) para o Consolidado são substancialmente créditos com Programas de Benefícios de Medicamentos ("PBM's") e convênios, que são de pequeno risco, dada a seletividade dos clientes.

(c) Risco de liquidez

A Administração do Grupo acompanha continuamente as previsões de liquidez necessárias para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. O excesso de caixa é aplicado em ativos financeiros com vencimentos apropriados de forma a garantir liquidez necessária ao cumprimento das suas obrigações.

(d) Análise de sensibilidade

Apresenta-se, a seguir, quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, as quais a Companhia está exposta.

O cenário mais provável, segundo avaliação efetuada pela Administração, considera um acréscimo de 0,5% da taxa de juros. Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados a fim de apresentar 25% e 50% de deterioração na variável de risco considerada, respectivamente (cenários II e III).

Controladora				
Operação	Valor nacional	Efeito no resultado e patrimônio líquido		
		Cenário (provável)	Cenário II 25%	Cenário III 50%
Aplicações financeiras - CDI	739.181	3.696	4.620	5.544
Receita		3.696	4.620	5.544
Empréstimos e financiamentos – CDI	1.620.001	(8.100)	(10.125)	(12.150)
Refis (Selic)	1.156	(6)	(7)	(9)
Despesa		(8.106)	(10.132)	(12.159)
Efeito no resultado		(4.410)	(5.512)	(6.615)

Consolidado				
Operação	Valor nacional	Efeito no resultado e patrimônio líquido		
		Cenário (provável)	Cenário II 25%	Cenário III 50%
Aplicações financeiras - CDI	763.190	3.816	4.770	5.724
Receita		3.816	4.770	5.724
Empréstimos e Financiamentos – CDI	1.653.454	(8.267)	(10.334)	(12.401)
Refis (Selic)	1.156	(6)	(7)	(9)
Despesa		(8.273)	(10.341)	(12.410)
Efeito no resultado		(4.457)	(5.571)	(6.686)

A Administração não considera provável o risco de alteração na Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), a qual está sujeita às operações com BNDES que possam gerar prejuízos materiais para o Grupo.

(e) Gestão de capital

O objetivo do Grupo em relação à gestão de capital é a manutenção da capacidade de investimento, permitindo viabilizar seu processo de crescimento e oferecer retorno adequado aos seus acionistas.

O Grupo tem como política não alavancar sua estrutura de capital com empréstimos e financiamentos, exceção feita às linhas de longo prazo do BNDES (Finem), debêntures e notas promissórias, com taxas adequadas aos níveis de rentabilidade do Grupo.

Dessa forma, esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos, subtraído do montante de caixa e equivalente de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial individual e Consolidado, com a dívida líquida, como apresentamos abaixo:

Ítems de gestão de capital	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo	1.620.001	1.126.476	1.653.454	1.126.476
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(855.257)	(294.863)	(880.357)	(299.226)
Dívida líquida	764.744	831.613	773.097	827.250
Patrimônio líquido, atribuído aos acionistas da Controladora	4.363.126	4.025.013	4.363.126	4.025.013
Participação de não controladores	-	-	62.495	51.406
Total do patrimônio líquido	4.363.126	4.025.013	4.425.621	4.076.419
Total do capital	5.127.870	4.856.626	5.198.718	4.903.669
Índice de alavancagem financeira (%)	14,91	17,12	14,87	16,87

Conforme descrito na Nota 15, a partir de 1º de janeiro de 2019, o Grupo reconheceu em seu balanço as obrigações associadas a contratos de arrendamento onde possui controle. Considerando o saldo passivo de arrendamento nas datas dos balanços no cálculo da gestão de capital, o índice de alavancagem da Companhia e do Grupo seria como segue:

Dívida líquida ajustada com o passivo de arrendamento	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Dívida líquida	764.744	831.613	773.097	827.250
Passivo de arrendamento	3.427.950	3.180.655	3.430.925	3.184.633
Dívida líquida ajustada	4.192.694	4.012.268	4.204.022	4.011.883
Total do patrimônio líquido	4.363.126	4.025.013	4.425.621	4.076.419
Total do capital ajustado	8.555.820	8.037.281	8.629.643	8.088.302
Índice de alavancagem financeira ajustada (%)	49,00	49,92	48,72	49,60

(f) Estimativa do valor justo

Os saldos de aplicações financeiras informados no Balanço Patrimonial são similares ao valor justo em virtude das suas taxas de remuneração serem baseadas na variação do CDI. Os montantes de contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores, são mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável. O valor contábil se aproxima do valor justo tendo em vista o prazo de realização e liquidação desses saldos, de no máximo 60 dias.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Os valores justos destes financiamentos são similares aos seus valores contábeis, por se tratarem de instrumentos financeiros com taxas que se equivalem às taxas de mercado. Os valores justos estimados são:

Estimativa do valor justo	Controladora				Consolidado			
	Valor contábil		Valor justo		Valor contábil		Valor justo	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019
BNDES	28.895	96.647	28.889	96.342	28.894	96.647	28.889	96.342
Debêntures e notas promissórias	1.177.554	1.029.829	1.177.554	1.029.829	1.177.554	1.029.829	1.177.554	1.029.829
Outros	413.552	-	413.553	-	447.006	-	447.006	-
Total	1.620.001	1.126.476	1.619.996	1.126.171	1.653.454	1.126.476	1.653.449	1.126.171

O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para o Grupo para instrumentos financeiros similares. As taxas de juros efetivas nas datas dos balanços são as habituais no mercado e os seus valores justos não diferem significativamente dos saldos nos registros contábeis.

Em 31 de dezembro de 2020, o Grupo não possuía ativos e passivos relevantes mensurados ao valor justo nos Níveis 1 e 2 na hierarquia de valor justo. A tabela abaixo apresenta as mudanças nos instrumentos de Nível 3 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020:

	Controladora/ Consolidado	
	Obrigações com acionista de controlada	
Movimentação de obrigação com acionista de controlada	2020	2019
Saldo inicial	42.113	36.380
Despesas reconhecidas no resultado	4.335	5.733
Saldo final	46.448	42.113
Total de despesas no exercício incluídas no resultado	4.335	5.733
Variação das despesas não realizadas no exercício incluídas no resultado	4.335	5.733

27. Instrumentos financeiros derivativos

O Grupo tem como prática não operar com instrumentos financeiros derivativos, exceto em situações específicas. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 o Grupo não apresentava operações com instrumentos derivativos.

28. Transações com partes relacionadas

(a) As transações com partes relacionadas consistem em operações com acionistas da Companhia e pessoas vinculadas a estes, os quais realizaram as seguintes transações:

Parte relacionada	Relacionamento	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
		Ativo				Montante transacionado			
		2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Valores a receber									
Convênios ⁽ⁱ⁾									
Regimar Comercial S.A. Heliomar Ltda.	Acionista/Família	9	22	9	22	81	102	81	102
Rodrigo Wright Pipponzi (Editora Mol Ltda.)	Acionista/Membro do Conselho de Administração	1	1	1	1	17	14	17	14
Natura Cosméticos S.A. ⁽ⁱⁱⁱ⁾	Acionista/Família	-	-	-	-	-	5	-	5
4Bio Medicamentos S.A. ^(v)	Acionista/Pessoa Ligada	112	138	112	138	1.333	1.495	1.333	1.495
	Controlada	42	39	42	39	287	320	287	320
Subtotal		164	200	164	200	1.718	1.936	1.718	1.936
Outros valores a receber									
Acordos comerciais									
Natura Cosméticos S.A. ⁽ⁱⁱⁱ⁾	Acionista/Pessoa Ligada	57	148	57	148	300	830	300	830
Adiantamento a Fornecedores		-	-	-	-	-	-	-	-
Cfly Consultoria e Gestão Empresarial Ltda. ⁽ⁱⁱⁱ⁾	Família	231	261	231	261	-	-	-	-
Zurcher, Ribeiro Filho, Pires Oliveira Dias e Freire – Advogados ^(iv)	Acionista/Família	-	90	-	90	-	-	-	-
Mútuo e outros a receber		-	-	-	-	-	-	-	-
4Bio Medicamentos S.A. ^(v)	Controlada	57.993	56.189	-	-	2.208	15.262	-	-
Subtotal		58.281	56.688	288	499	2.508	16.092	300	830
Total de direitos com partes relacionadas		58.445	56.888	452	699	4.226	18.028	2.018	2.766

Parte relacionada	Relacionamento	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
		Passivo				Montante Transacionado			
		2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Valores a pagar									
Aluguéis (vi)									
Heliomar Ltda.	Acionista/Membro do Conselho de Administração	26	21	26	21	258	237	258	237
Antonio Carlos Pipponzi	Acionista/Membro do Conselho de Administração	8	8	8	8	100	95	100	95
Rosalía Pipponzi Raia	Acionista/Membro do Conselho de Administração	8	8	8	8	100	95	100	95
Cristiana Almeida Pipponzi	Acionista/Membro do Conselho de Administração	3	3	3	3	33	32	33	32
André Almeida Pipponzi	Acionista/Membro do Conselho de Administração	3	2	3	2	33	31	33	31
Marta Almeida Pipponzi	Acionista/Membro do Conselho de Administração	2	2	2	2	33	31	33	31
Subtotal		50	44	50	44	557	521	557	521
Fornecedores de serviços									
Zurcher, Ribeiro Filho, Pires Oliveira Dias e Freire Advogados (iv)	Acionista/Família	1	1	1	1	4.000	8.963	4.000	8.963
Rodrigo Wright Pipponzi (Editora Mol Ltda.) (vii)	Acionista/Família	923	1.972	923	1.972	12.364	13.631	12.364	13.631
Cfly Consultoria e Gestão Empresarial Ltda. (iii)	Família	195	154	195	154	2.839	2.780	2.839	2.780
FMA Assessoria e Consultoria (viii)	Acionista/Suplente do Conselho de Administração	-	-	-	-	-	40	-	40
Cristina Ribeiro Sobral Sarian (Anthea Consultoria Empresarial) (ix)	Acionista/Suplente do Conselho de Administração	49	-	49	-	550	-	550	-
Subtotal		1.168	2.127	1.168	2.127	19.753	25.414	19.753	25.414
Fornecedores de mercadorias									
Natura Cosméticos S.A. (ii)	Acionista/Pessoa Ligada	-	-	-	-	-	3.446	-	3.446
Subtotal		-	-	-	-	-	3.446	-	3.446
Total de obrigações com partes relacionadas		1.218	2.171	1.218	2.171	20.310	29.381	20.310	29.381

As transações com partes relacionadas, substancialmente compras e vendas de produtos, foram realizadas a preços, prazos e condições usuais de mercado.

(i) São vendas realizadas por convênios, cujas transações são firmadas em condições comerciais equivalentes às praticadas com outras empresas.

(ii) Compra e venda de produtos da Natura Cosméticos S.A., os quais serão comercializados em todo o território nacional e a Raia Drogasil S.A., receberá um percentual sobre os produtos vendidos. Alguns integrantes do bloco de controle da Natura Cosméticos S.A., detêm, indiretamente, participação acionária da Raia Drogasil S.A..

(iii) Prestação de serviços de operação da aeronave à proprietária Raia Drogasil S.A., que pagará à operadora uma remuneração mensal a título dos serviços de assessoria operacional, *compliance*, financeira, coordenação de manutenção e controle técnico de manutenção.

(iv) Transações referentes à assessoria jurídica.

(v) Ao longo do exercício social de 2016, 2017 e 2019 foram realizadas operações de mútuo entre a Raia Drogasil S.A. (Mutuante) e a 4Bio Medicamentos S.A. (Mutuária) nos montantes de R\$ 14.000, R\$ 20.100 e R\$ 12.000, respectivamente. Todos os contratos de mútuo são corrigidos em 110% do CDI. Os contratos foram aditados em 01 de janeiro de 2021 cujo vencimento foi prorrogado para dezembro de 2021 Nota 31.

Outros a receber composto por comissões sobre indicações da Raia Drogasil S.A. (R\$ 187), demonstrado na rubrica "outras contas a receber".

(vi) Transações referentes a aluguel de imóveis comerciais para estabelecimento de lojas.

(vii) Os saldos e as transações referem-se a contratos de prestação de serviços relacionados à elaboração, criação e produção de materiais de divulgação da área de vendas institucionais e concepção de revista de circulação interna da Companhia.

(viii) Transações referentes a serviços de representação comercial em órgãos de classe.

(ix) Os saldos e as transações referem-se ao contrato de prestação de serviços de consultoria nas áreas de saúde e sustentabilidade.

Adicionalmente, informamos que não existem outras transações adicionais que não sejam os valores apresentados acima e que a categoria das partes relacionadas corresponde ao pessoal-chave da Administração da entidade.

(b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração compreende os Diretores, Conselheiros da Administração e Fiscal. A remuneração paga ou a pagar por serviços prestados está demonstrada a seguir:

Itens de remuneração	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Pagamento baseado em ações	14.141	16.759	14.475	17.034
Gratificações e encargos sociais	9.133	7.144	9.133	7.144
Subtotal gratificações e encargos	23.274	23.903	23.608	24.178
Proventos e encargos sociais	21.782	19.116	24.735	21.380
Benefícios indiretos	374	453	374	453
Total	45.430	43.472	48.717	46.011

A Companhia aplicou o requerido pelo CPC 05 (R1) e, também considerou a orientação do Ofício CVM SNC/SEP nº 01/2021 observando aspectos qualitativos de divulgações de transações de partes relacionadas e concluiu que não há impactos relevantes que necessitem informações adicionais para divulgações nas demonstrações financeiras.

29. Cobertura de seguros

O Grupo tem a política de manter apólices de seguros em montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros que possam atingir seu patrimônio ou responsabilidade civil a ela imputada, considerando-se a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores dos seguros.

O Grupo mantinha as seguintes coberturas:

Itens de seguros	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Riscos com perdas em estoques	382.074	361.907	454.152	420.223
Bens do ativo permanente	444.453	417.859	455.058	427.766
Lucros cessantes	63.020	242.556	166.333	335.743
Riscos de responsabilidade civil	38.424	38.424	40.000	40.000

30. Transações não envolvendo caixa

Em 31 de dezembro de 2020, as principais transações que não envolveram caixa do Grupo foram:

- (i) a atualização do passivo financeiro oriundo da obrigação com acionista de controlada Nota 10;
- (ii) parte da remuneração do pessoal-chave da Administração associada ao plano de ações restritas Nota 28;
- (iii) a aquisição a prazo de bens do ativo imobilizado no valor de R\$ 14.258 (R\$ 11.926 – 2019);
- (iv) reconhecimento de passivo de arrendamento, em contrapartida do direito de uso do ativo, cujas adições de novos contratos no montante de R\$ 393.646 (R\$357.247 – 2019), remensurações de R\$ 388.146 (R\$ 60.290 –2019) e rescisões contratuais no montante de (R\$ 43.671) ((R\$ 5.553) –2019).

31. Eventos subsequentes

(a) Em 01 de janeiro de 2021, a Companhia e a 4Bio Medicamentos S.A., aditaram os contratos de mútuos vigentes com o intuito de (i) unificar os seis contratos anteriores, assinados nas datas de 23 de fevereiro de 2016; 18 de março de 2016; 08 de abril de 2016; 13 de fevereiro de 2017; 12 de junho de 2017; e 02 de dezembro de 2019 e (ii) efetivar a prorrogação do vencimento do contrato para 31 de dezembro de 2021 Nota 28.

(b) Em 27 de janeiro de 2021 foi subscrito e integralizado na investida Stix Fidelidade e Inteligência S.A., pela Companhia o valor de R\$ 6.508.236,81 (seis milhões, quinhentos e oito mil, duzentos e trinta e seis reais e oitenta e um centavos) correspondente a 650.823.681 (seiscentas e cinquenta milhões, oitocentas e vinte e três mil, seiscentas e oitenta e uma) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, as quais foram integralizadas em moeda corrente nacional.

(c) Em 18 de fevereiro de 2021, a Companhia celebrou contrato para aquisição de 100% da participação acionária ("Aquisição") da B2U Editora S.A. ("tech.fit"). A finalização da Aquisição está sujeita à aprovação da operação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE"), dentre outras condições suspensivas. A Aquisição da tech.fit permitirá à Companhia acelerar o desenvolvimento da Plataforma de Saúde, agregando novas soluções, jornadas, conteúdos e competências para serem incorporados aos nossos aplicativos com o objetivo de promovermos saúde e bem-estar junto aos nossos clientes. Essa transação faz parte do planejamento da companhia de investir em negócios que contribuam com a estratégia de crescimento e aceleram a jornada de digitalização em saúde da RD.

Essa aquisição não se sujeita ao procedimento previsto no artigo 256 da Lei 6.404/76 por não constituir investimento relevante para a Companhia.